

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	17
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	52
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	200.245.278
Preferenciais	0
Total	200.245.278
Em Tesouraria	
Ordinárias	73
Preferenciais	0
Total	73
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	14.238.000	16.354.000
1.01	Ativo Circulante	5.678.000	7.231.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	232.000	784.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	189.000	175.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	189.000	175.000
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliarios	189.000	175.000
1.01.03	Contas a Receber	700.000	1.444.000
1.01.03.01	Clientes	700.000	1.444.000
1.01.04	Estoques	2.032.000	1.843.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	876.000	982.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	876.000	982.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	82.000	19.000
1.01.06.01.02	Tributos Recuperar	794.000	963.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	113.000	92.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.536.000	1.911.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	1.229.000	1.561.000
1.01.08.03	Outros	307.000	350.000
1.01.08.03.02	Demais contas a receber	196.000	308.000
1.01.08.03.03	Contas a receber - Partes relacionadas	111.000	42.000
1.02	Ativo Não Circulante	8.560.000	9.123.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.179.000	4.024.000
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.000	18.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	74.000	74.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74.000	74.000
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	73.000	60.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	85.000	78.000
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	85.000	78.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.946.000	3.794.000
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	715.000	731.000
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	2.924.000	2.765.000
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	12.000	10.000
1.02.01.10.06	Imposto de renda e contribuição social	295.000	288.000
1.02.02	Investimentos	271.000	713.000
1.02.02.01	Participações Societárias	271.000	713.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	20.000	32.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	251.000	681.000
1.02.03	Imobilizado	3.928.000	4.216.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.354.000	1.458.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.574.000	2.758.000
1.02.03.02.01	Ativo de Direito de Uso	2.574.000	2.758.000
1.02.04	Intangível	182.000	170.000
1.02.04.01	Intangíveis	182.000	170.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	14.238.000	16.354.000
2.01	Passivo Circulante	3.164.000	4.495.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	241.000	242.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	241.000	242.000
2.01.02	Fornecedores	1.834.000	2.420.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.834.000	2.420.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	221.000	337.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	63.000	70.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.000	0
2.01.03.01.03	Parcelamento Federal	52.000	54.000
2.01.03.01.06	Outros	9.000	16.000
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	153.000	262.000
2.01.03.02.01	Impostos sobre circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	139.000	204.000
2.01.03.02.02	Parcelamento Estadual	14.000	58.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.000	5.000
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	5.000	5.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.000	0
2.01.04.02	Debêntures	13.000	0
2.01.04.02.01	Debêntures	13.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	855.000	1.163.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	86.000	237.000
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	86.000	237.000
2.01.05.02	Outros	769.000	926.000
2.01.05.02.04	Outras obrigações	186.000	252.000
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	352.000	365.000
2.01.05.02.09	Risco Sacado	231.000	309.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	333.000
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	333.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.919.000	7.100.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.139.000	1.995.000
2.02.01.02	Debêntures	2.139.000	1.995.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.139.000	4.417.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	75.000	77.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	75.000	77.000
2.02.02.02	Outros	4.064.000	4.340.000
2.02.02.02.03	Outras obrigações	385.000	387.000
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamento	3.060.000	3.218.000
2.02.02.02.06	Provisão para perdas em investimentos	171.000	223.000
2.02.02.02.07	Plano de Assistência Médica	195.000	195.000
2.02.02.02.08	Tributos a recolher	51.000	62.000
2.02.02.02.09	Fornecedores	202.000	255.000
2.02.04	Provisões	641.000	688.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	641.000	688.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	187.000	224.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	170.000	169.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	66.000	67.000
2.02.04.01.05	Provisões Imobiliário	218.000	228.000
2.03	Patrimônio Líquido	4.155.000	4.759.000
2.03.01	Capital Social Realizado	39.891.000	39.891.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.728.000	-35.125.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.000	-7.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.172.000	6.114.000	3.332.000	5.855.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.327.000	-4.424.000	-2.427.000	-4.249.000
3.03	Resultado Bruto	845.000	1.690.000	905.000	1.606.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-924.000	-1.970.000	-816.000	-1.768.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-629.000	-1.294.000	-688.000	-1.330.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-320.000	-682.000	-361.000	-735.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	39.000	25.000	243.000	303.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-14.000	-19.000	-10.000	-6.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-79.000	-280.000	89.000	-162.000
3.06	Resultado Financeiro	-200.000	-335.000	-31.000	-227.000
3.06.01	Receitas Financeiras	112.000	228.000	268.000	343.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-312.000	-563.000	-299.000	-570.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-279.000	-615.000	58.000	-389.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-128.000	-128.000
3.08.02	Diferido	0	0	-128.000	-128.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-279.000	-615.000	-70.000	-517.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	5.000	12.000	-28.000	-77.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	5.000	12.000	-28.000	-77.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-274.000	-603.000	-98.000	-594.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,37	-3,11	-0,49	-4,65
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-1,37	-3,11	-0,49	-4,65

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-274.000	-603.000	-98.000	-594.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	-1.000	-1.000	0
4.02.07	Variação cambial de investida no exterior	-1.000	-1.000	-1.000	2.000
4.02.08	Resultados abrangente reclassificado para resultado do período - redução de capital de investida	0	0	0	-2.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-275.000	-604.000	-99.000	-594.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-328.000	-84.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	124.000	227.000
6.01.01.01	Prejuízo do período das operações continuadas	-615.000	-517.000
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	373.000	409.000
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	0	128.000
6.01.01.04	Juros, variações monetárias, cambiais e custos de captação	377.000	302.000
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	19.000	6.000
6.01.01.06	Lucro/Prejuízo do período das operações descontinuadas	12.000	-77.000
6.01.01.08	Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	83.000	140.000
6.01.01.09	Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	-54.000	-197.000
6.01.01.13	Ajuste a valor presente das obrigações	36.000	33.000
6.01.01.14	Outros	-107.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-452.000	-311.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	744.000	470.000
6.01.02.02	Estoques	-79.000	-435.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	72.000	112.000
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-34.000	-44.000
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	17.000	77.000
6.01.02.06	Contas a receber/pagar com partes relacionadas	-7.000	86.000
6.01.02.07	Demais contas a receber (circulante e não circulante)	110.000	152.000
6.01.02.08	Fornecedores	-663.000	-204.000
6.01.02.09	Salários, encargos e contribuições sociais	-3.000	-16.000
6.01.02.10	Tributos a recolher (circulante e não circulante)	-135.000	-133.000
6.01.02.11	Outras obrigações (circulante e não circulante)	-83.000	-209.000
6.01.02.12	Atividades operacionais das operações descontinuadas	-15.000	73.000
6.01.02.14	Juros pagos sobre Arrendamentos	-220.000	-238.000
6.01.02.15	Pagamento de contingências	-78.000	-79.000
6.01.02.16	Risco Sacado	-78.000	77.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-68.000	-228.000
6.02.01	Títulos e valores mobiliários e FIDC	3.000	-171.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-80.000	-65.000
6.02.04	Caixa líquido incorporado	19.000	21.000
6.02.11	Atividade de investimentos das operações descontinuadas	-10.000	-13.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-181.000	-223.000
6.03.01	Pagamento de passivo de arrendamento	-181.000	-187.000
6.03.02	Atividade de financiamento das operações descontinuadas	0	-36.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-577.000	-535.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	784.000	1.021.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	207.000	486.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	39.891.000	0	0	-35.125.000	-7.000	4.759.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.891.000	0	0	-35.125.000	-7.000	4.759.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-603.000	-1.000	-604.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-603.000	0	-603.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.000	-1.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.000	-1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	39.891.000	0	0	-35.728.000	-8.000	4.155.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	39.891.000	0	0	-34.854.000	-67.000	4.970.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.891.000	0	0	-34.854.000	-67.000	4.970.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-594.000	0	-594.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-594.000	0	-594.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	39.891.000	0	0	-35.448.000	-67.000	4.376.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	7.294.000	7.082.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.285.000	6.957.000
7.01.02	Outras Receitas	0	144.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	9.000	-19.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.685.000	-5.445.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.982.000	-4.733.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-703.000	-712.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.609.000	1.637.000
7.04	Retenções	-373.000	-409.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-373.000	-409.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.236.000	1.228.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	209.000	337.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-19.000	-6.000
7.06.02	Receitas Financeiras	228.000	343.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.445.000	1.565.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.445.000	1.565.000
7.08.01	Pessoal	730.000	758.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	556.000	573.000
7.08.01.02	Benefícios	121.000	127.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	53.000	58.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	687.000	761.000
7.08.02.01	Federais	70.000	157.000
7.08.02.02	Estaduais	577.000	563.000
7.08.02.03	Municipais	40.000	41.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	631.000	640.000
7.08.03.01	Juros	563.000	570.000
7.08.03.02	Aluguéis	68.000	70.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-615.000	-517.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-615.000	-517.000
7.08.05	Outros	12.000	-77.000
7.08.05.01	Resultado das operações descontinuadas	12.000	-77.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	14.550.000	16.249.000
1.01	Ativo Circulante	6.285.000	7.711.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	267.000	879.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	189.000	175.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	189.000	175.000
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	189.000	175.000
1.01.03	Contas a Receber	708.000	1.467.000
1.01.03.01	Clientes	708.000	1.467.000
1.01.04	Estoques	2.044.000	1.850.000
1.01.04.01	Estoques	2.044.000	1.850.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	961.000	1.045.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	961.000	1.045.000
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	864.000	1.010.000
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social	97.000	35.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	125.000	105.000
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	125.000	105.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.991.000	2.190.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	1.772.000	1.846.000
1.01.08.03	Outros	219.000	344.000
1.01.08.03.01	Outros	219.000	344.000
1.02	Ativo Não Circulante	8.265.000	8.538.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.132.000	4.112.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	74.000	74.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74.000	74.000
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	73.000	60.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.985.000	3.978.000
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	722.000	739.000
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	2.951.000	2.883.000
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	17.000	15.000
1.02.01.10.07	Imposto de renda e contribuição social	295.000	341.000
1.02.02	Investimentos	20.000	32.000
1.02.02.01	Participações Societárias	20.000	32.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	20.000	32.000
1.02.03	Imobilizado	3.931.000	4.222.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.357.000	1.464.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.574.000	2.758.000
1.02.03.02.01	Ativo de Direito de Uso	2.574.000	2.758.000
1.02.04	Intangível	182.000	172.000
1.02.04.01	Intangíveis	182.000	172.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	14.550.000	16.249.000
2.01	Passivo Circulante	3.702.000	4.664.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	258.000	262.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	258.000	262.000
2.01.01.02.01	Salários, encargos e contribuições	258.000	262.000
2.01.02	Fornecedores	1.858.000	2.461.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.858.000	2.461.000
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.858.000	2.461.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	226.000	345.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	65.000	75.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.000	2.000
2.01.03.01.05	Outros	10.000	19.000
2.01.03.01.06	Parcelamento Federal	53.000	54.000
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	155.000	265.000
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias Serviços - ICMS	141.000	206.000
2.01.03.02.02	Parcelamento Estadual	14.000	59.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.000	5.000
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	6.000	5.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.000	0
2.01.04.02	Debêntures	13.000	0
2.01.04.02.01	Debêntures	13.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	801.000	992.000
2.01.05.02	Outros	801.000	992.000
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	218.000	319.000
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	352.000	365.000
2.01.05.02.09	Risco Sacado	231.000	308.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	546.000	604.000
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	546.000	604.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.693.000	6.826.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.139.000	1.995.000
2.02.01.02	Debêntures	2.139.000	1.995.000
2.02.01.02.01	Debêntures	2.139.000	1.995.000
2.02.02	Outras Obrigações	3.903.000	4.130.000
2.02.02.02	Outros	3.903.000	4.130.000
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	388.000	387.000
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamento	3.060.000	3.218.000
2.02.02.02.07	Plano de Assistência Médica	195.000	195.000
2.02.02.02.08	Tributos a recolher	54.000	71.000
2.02.02.02.09	Fornecedores	206.000	259.000
2.02.04	Provisões	651.000	701.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	651.000	701.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	190.000	226.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	176.000	179.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	67.000	68.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.01.05	Provisões Imobiliário	218.000	228.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.155.000	4.759.000
2.03.01	Capital Social Realizado	39.891.000	39.891.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.728.000	-35.125.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.000	-7.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.302.000	6.390.000	3.358.000	5.926.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.466.000	-4.720.000	-2.446.000	-4.299.000
3.03	Resultado Bruto	836.000	1.670.000	912.000	1.627.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-914.000	-1.951.000	-832.000	-1.811.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-626.000	-1.294.000	-688.000	-1.333.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-331.000	-704.000	-386.000	-783.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	43.000	47.000	242.000	305.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-78.000	-281.000	80.000	-184.000
3.06	Resultado Financeiro	-201.000	-332.000	-18.000	-197.000
3.06.01	Receitas Financeiras	115.000	238.000	275.000	371.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-316.000	-570.000	-293.000	-568.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-279.000	-613.000	62.000	-381.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-2.000	-132.000	-136.000
3.08.01	Corrente	0	-2.000	-4.000	-9.000
3.08.02	Diferido	0	0	-128.000	-127.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-279.000	-615.000	-70.000	-517.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	5.000	12.000	-28.000	-77.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	5.000	12.000	-28.000	-77.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-274.000	-603.000	-98.000	-594.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-274.000	-603.000	-98.000	-594.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-274.000	-603.000	-98.000	-594.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	-1.000	-1.000	0
4.02.08	Variação cambial de investida no exterior	-1.000	-1.000	-1.000	2.000
4.02.12	Resultados abrangente reclassificado para resultado do período - redução de capital de investida	0	0	0	-2.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-275.000	-604.000	-99.000	-594.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-275.000	-604.000	-99.000	-594.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-394.000	-152.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	116.000	248.000
6.01.01.01	Prejuízo do período das operações continuadas	-615.000	-517.000
6.01.01.02	Depreciação e amortização	375.000	416.000
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente	2.000	136.000
6.01.01.04	Juros, variações monetárias, cambiais e custos de captação	377.000	303.000
6.01.01.06	Lucro/Prejuízo do período das operações descontinuadas	12.000	-77.000
6.01.01.07	Constituição de provisão para contingências	86.000	143.000
6.01.01.08	Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	-55.000	-200.000
6.01.01.10	Ajuste a valor presente de obrigações	36.000	31.000
6.01.01.12	Outros	-102.000	13.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-510.000	-400.000
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	759.000	500.000
6.01.02.02	Estoques	-84.000	-443.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	64.000	116.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas (circulante e não circulante)	-33.000	-49.000
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	17.000	75.000
6.01.02.06	Demais contas a receber (circulante e não circulante)	197.000	180.000
6.01.02.07	Fornecedores	-678.000	-220.000
6.01.02.08	Salários e encargos trabalhistas	-4.000	-11.000
6.01.02.10	Tributos a recolher (circulante e não circulante)	-136.000	-129.000
6.01.02.11	Outras obrigações (circulante e não circulante)	-173.000	-279.000
6.01.02.12	Atividades operacionais das operações descontinuadas	-57.000	103.000
6.01.02.14	Liquidação de Juros sobre Arrendamentos	-220.000	-238.000
6.01.02.15	Pagamento de contingências	-81.000	-81.000
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.000	-1.000
6.01.02.17	Risco Sacado	-77.000	77.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.000	-104.000
6.02.01	Títulos e valores mobiliários e FIDC	-14.000	-17.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-80.000	-65.000
6.02.03	Atividades de investimentos das operações descontinuadas	102.000	-22.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-233.000	-237.000
6.03.01	Pagamento de passivo de arrendamento	-181.000	-187.000
6.03.11	Atividade de financiamento das operações descontinuadas	-52.000	-50.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-619.000	-493.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	879.000	1.129.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	260.000	636.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	39.891.000	0	0	-35.125.000	-7.000	4.759.000	0	4.759.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.891.000	0	0	-35.125.000	-7.000	4.759.000	0	4.759.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-603.000	-1.000	-604.000	0	-604.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-603.000	0	-603.000	0	-603.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.000	-1.000	0	-1.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.000	-1.000	0	-1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	39.891.000	0	0	-35.728.000	-8.000	4.155.000	0	4.155.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	39.891.000	0	0	-34.854.000	-67.000	4.970.000	0	4.970.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.891.000	0	0	-34.854.000	-67.000	4.970.000	0	4.970.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-594.000	0	-594.000	0	-594.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-594.000	0	-594.000	0	-594.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	39.891.000	0	0	-35.448.000	-67.000	4.376.000	0	4.376.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	7.670.000	7.211.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.631.000	7.083.000
7.01.02	Outras Receitas	31.000	147.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	8.000	-19.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.031.000	-5.524.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.357.000	-4.841.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-674.000	-683.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.639.000	1.687.000
7.04	Retenções	-375.000	-416.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-375.000	-416.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.264.000	1.271.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	238.000	371.000
7.06.02	Receitas Financeiras	238.000	371.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.502.000	1.642.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.502.000	1.642.000
7.08.01	Pessoal	779.000	828.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	596.000	630.000
7.08.01.02	Benefícios	125.000	132.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	58.000	66.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	687.000	772.000
7.08.02.01	Federais	67.000	165.000
7.08.02.02	Estaduais	579.000	564.000
7.08.02.03	Municipais	41.000	43.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	639.000	636.000
7.08.03.01	Juros	570.000	568.000
7.08.03.02	Aluguéis	69.000	68.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-615.000	-517.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-615.000	-517.000
7.08.05	Outros	12.000	-77.000
7.08.05.01	Resultado das operações descontinuadas	12.000	-77.000

Comentário do Desempenho



americanas

**Divulgação de
Resultados
6M26**



Comentário do Desempenho

Destaques

Os resultados do semestre evidenciam a evolução consistente da Americanas e a disciplina na execução do plano de transformação. Nos primeiros seis meses de 2026, a Receita Bruta das lojas físicas somadas à operação *online-to-offline* alcançou R\$ 7,2 bilhões, e registramos crescimento de 9,3% na comparação anual de Vendas Mesmas Lojas ou *Same Store Sale* ("SSS"), enquanto as despesas com SG&A recuaram 4,5%, com diluição de 3,3 pontos percentuais sobre a receita líquida.

A combinação de expansão de receita e redução nominal das despesas reflete o fortalecimento da companhia ao longo dos últimos trimestres. Estes indicadores reforçam o compromisso da Americanas com a sustentabilidade através do sólido desempenho operacional e financeiro.

Com operações mais fortes, disciplina na execução e a consolidação do processo de Recuperação Judicial em sua fase final, a companhia avança na construção de sua visão de futuro, ancorada na "Estratégia 100 Anos".

Destaques 6M26

RECEITA BRUTA
Física + O2O*

R\$ 7,2 Bi

+5,2% vs 6M25

VENDAS "MESMAS
LOJAS (SSS)"†:

+9,3%

vs 6M25

RECEITA BRUTA POR M2
Crescimento de

10,3% vs 6M25

ESTRATÉGIA DIGITAL
Crescimento de

74,6% vs 6M25

Receita Bruta O2O

TOTAL DE LOJAS NO PAÍS

1.448 lojas

+140
lojas

+150
lojas

+380
lojas

+630
lojas

+140
lojas

SG&A

Redução de

R\$ 76MM

vs 6M25

Representa

-3.3pp (%RL)

vs 6M25

EBITDA AJUSTADO³:

R\$161MM

6M26

MELHORIA
OPERACIONAL⁵

+R\$251MM

vs 6M25

CARTÃO Cliente a

>R\$ 1,7 Bi

Acumulado 12M

Rec. Bruta Serviços
Crescimento de

34,9%

vs 6M25

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração



Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

A Americanas passou por uma transformação profunda na estrutura do negócio nos últimos anos, inserida também no novo cenário do varejo brasileiro. E, neste contexto, é imperativo saber quem se é para continuar operando com excelência e autoridade.

No início dos anos 2020, a Americanas reunia diferentes unidades de negócio, com atuação em segmentos variados, estratégias distintas, com estruturas e investimentos próprios e um digital que representava mais de 50% da receita.

Em 2025, após um longo e bem-sucedido processo de reestruturação, a Companhia ganhou uma nova configuração: voltou às origens, um varejo físico por vocação, com 95% da receita concentrada no canal, estruturas integradas, maior disciplina financeira, processos mais eficientes e uma estratégia omnicanal bem definida, onde o digital complementa a jornada de compra do físico.

Neste ano, entramos no novo ciclo estratégico da Companhia, em novas bases de crescimento, acelerando rumo aos 100 anos, em 2029.

Estamos construindo uma nova Americanas, com mais clareza sobre o futuro, o papel que desejamos ocupar na vida dos milhões de clientes e o que vai nos levar até lá: disciplina financeira a partir do resultado operacional. As certezas das nossas escolhas já começam a se refletir nas frentes estratégicas definidas para este novo ciclo que apresentam trajetória de alta.

Para uma visão mais justa e comparável do resultado, seguiremos com a visão do semestre, que equaliza o efeito do descasamento da Páscoa ano após ano, e que em 2026 concentrou venda no primeiro trimestre. O ganho de resultado operacional do primeiro semestre veio tanto do corte de despesa quanto do incremento de receita. Registramos um desempenho de vendas acima do mercado, mesmo em um cenário macroeconômico ainda desafiador, com a resiliência do setor sustentada por um mercado de trabalho aquecido e pela renda mais elevada das famílias brasileiras, mas ainda com orçamentos pressionados pelo elevado nível de endividamento e o custo do crédito.

Comentário do Desempenho

O avanço de 5,2% da receita bruta de lojas físicas e O2O (*online-to-offline*) na comparação com o 6M25 foi impulsionado por eventos sazonais, como a Páscoa, o mundial de futebol e as vendas de produtos de inverno, além da evolução da experiência omnicanal. As vendas no conceito mesmas lojas cresceram 9,3% no semestre, enquanto a receita bruta por metro quadrado avançou dois dígitos, números que refletem a melhoria contínua na produtividade do parque de mais de 1.400 lojas e na qualidade da estratégia e execução comercial.

O O2O saltou 74,6% no período, com evolução sustentada pela expansão da integração dos estoques das lojas em novas plataformas. Na Copa, cerca de 30% da venda figurinhas foi feita pelo canal, reforçando a percepção de conveniência para os clientes e a competitividade da nossa estratégia omnicanal.

As 92 milhões de visitas todos os meses nas lojas, site e app nos permitiram crescer em cima de uma base robusta existente e gerar novas oportunidades. O número de clientes identificados avançou mais de 15% nos últimos 12 meses, a emissão de cartões vem atingindo patamares recordes mensais, o programa de fidelidade registrou gasto médio dos participantes 2,9 vezes superior ao de clientes comuns e a receita bruta de serviços cresceu 35%, demonstrando o potencial de expansão de iniciativas complementares ao varejo tradicional. Estes números validam uma das principais apostas estratégicas da Companhia: utilizar dados, CRM, fidelidade, serviços financeiros e omnicanalidade para fortalecer o relacionamento de longo prazo com nossos consumidores.

Ainda sob a ótica operacional, registramos uma redução de 3,3 pontos percentuais nas despesas com vendas, gerais e administrativas em relação à receita líquida e uma melhora operacional de R\$ 251 milhões no semestre, avanços que ajudam a distensionar o caixa e nos aproximam, gradativamente, da neutralidade operacional. Ao longo do semestre, abrimos novas lojas, reinauguramos outras unidades e avançamos na modernização dos ambientes e da exposição de produtos para promover uma experiência mais ampla e fluida.

Ao mesmo tempo, iniciamos o processo de concepção da loja Americanas no futuro. Estamos moldando, com cuidado e muita responsabilidade, a nossa nova proposta de valor, que vai materializar o protagonismo da experiência, do relacionamento e das descobertas na jornada do varejo físico. A nova arquitetura de varejo, ainda em fase conceitual, é um trabalho a muitas mãos, com os nossos clientes, o nosso time e especialistas de mercado.

Comentário do Desempenho

Toda essa transformação se sustenta na nossa cultura, agora, sintetizada na palavra AMER, nova identidade que nos relembra, em cada letra, quem somos (associado), o que fazemos (vendemos mercadorias) e como (com excelência e foco em relacionamento).

Ainda temos desafios importantes pela frente dentro do plano de 100 anos, mas cada passo dado reforça a potência e dedicação desse time de excelência que segue, com mais clareza e confiança, no plano de virada da Americanas.

Fernando Soares, CEO

Estratégia 26-29 | acelerando a performance e a transformação

Gente, Gestão e Cultura

Ser Americanas



PERFORM



TRANSFORM



Operações e Supply

Custo Logístico, custo de ocupação, produtividade, eficiência em abastecimento, operações de lojas, footprint futuro



Comercial

Gestão de sortimento, crescimento de margem, visão categoria x visão jornada, cross sell parcerias e itens exclusivos



Consumer & Growth

Novo Digital, serviços financeiros, fidelidade, visão única cliente



Americanas Ads

Nova plataforma de mídia com a Mega Mídia



Despesas fixas

R\$ 100 milhões, em todas as frentes e áreas

Comentário do Desempenho

Principais Indicadores



Comentário do Desempenho

Resumo Financeiro

Resumo Financeiro (R\$MM)	Consolidado					
	2T26	2T25	6M26	6M25	Δ2T A/A	Δ6M A/A
Receita Bruta	3.950	4.011	7.631	7.083	-1,5%	7,7%
Físico	3.587	3.847	6.926	6.713	-6,8%	3,2%
O2O	191	99	337	193	92,9%	74,6%
3P	13	16	23	51	-18,8%	-54,9%
Outros	159	49	345	126	224,5%	173,8%
Receita Líquida	3.302	3.358	6.390	5.926	-1,7%	7,8%
Lucro Bruto	836	912	1.670	1.627	-8,3%	2,6%
Margem Bruta %	25,3%	27,2%	26,1%	27,5%	-1,9 p.p.	-1,4 p.p.
SG&A¹	(772)	(881)	(1.623)	(1.700)	-12,3%	-4,5%
SG&A (%RL)	-23,4%	-26,2%	-25,4%	-28,7%	-2,8 p.p.	-3,3 p.p.
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líq.	43	242	47	305	-82,2%	-84,6%
EBITDA	107	273	94	232	-60,8%	-59,5%
Depreciação e amortização	(185)	(193)	(375)	(416)	-4,5%	-10,0%
Resultado Financeiro	(201)	(18)	(332)	(197)	1016,7%	68,5%
Impostos	-	(132)	(2)	(136)	-100,0%	-98,5%
Prejuízo das operações continuadas	(279)	(70)	(615)	(517)	298,6%	19,0%
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas ²	5	(28)	12	(77)	-117,9%	-115,6%
Prejuízo do período	(274)	(98)	(603)	(594)	179,6%	1,5%
Despesas da RJ e investigação	38	26	67	41	46,2%	61,2%
EBITDA Ajustado	145	299	161	273	-51,5%	-41,0%
Pagamento de arrendamento	(200)	(209)	(401)	(425)	-4,2%	-5,7%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(55)	90	(240)	(152)	-161,1%	57,9%

1 Sem efeito de depreciação e amortização

2 Considera HNT e Uni.co



Conferência de Resultados

13 de agosto de 2026 (quinta-feira)
11:00 (Brasília)

Relações com Investidores

<http://ri.americanas.io>
ri@americanas.io

Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro e Operacional



Comentário do Desempenho



Receita Bruta Consolidada e Vendas Mesmas Lojas

Resumo Financeiro (R\$MM)	Consolidado					
	2T26	2T25	6M26	6M25	Δ2T A/A	Δ6M A/A
Receita Bruta	3.950	4.011	7.631	7.083	-1,5%	7,7%
Físico	3.587	3.847	6.926	6.713	-6,8%	3,2%
O2O	191	99	337	193	92,9%	74,6%
3P	13	16	23	51	-18,8%	-54,9%
Outros	159	49	345	126	224,5%	173,8%

No 6M26, a Receita Bruta consolidada totalizou R\$ 7,6 bilhões, apresentando crescimento de 7,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a consistência do modelo multicanal. A base sólida no canal físico, combinada com a forte expansão do canal digital O2O e com um calendário comercial ativo sustentaram a consolidação dos resultados apresentados.

O canal Físico segue como a principal base do resultado, com Receita Bruta de R\$ 6,9 bilhões no semestre e crescimento de 3,2%, enquanto os canais complementares avançaram em ritmo significativamente superior. O O2O, por exemplo, cresceu 74,6% no acumulado do ano, elevando sua representatividade no mix de venda.

Analisando o 2T26, a receita atingiu R\$ 3,9 bilhões, retração de 1,5%, movimento explicado pelo descasamento da Páscoa, que teve parte relevante das vendas do evento no 1T, diferentemente do ocorrido no ano anterior.

americanas

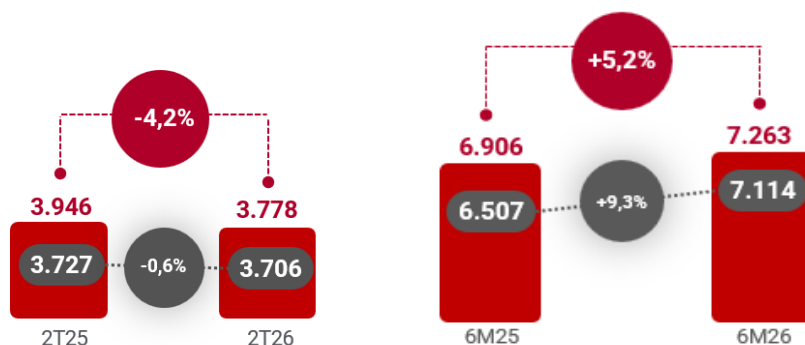
Comentário do Desempenho

Vendas Mesmas Lojas (SSS)

Receita Bruta Físico + O2O e "SSS"

R\$ milhões

■ Crescimento Vendas "Mesmas lojas"



As Vendas Brutas no conceito "Mesmas Lojas" mantiveram um resultado consistente no 6M26, apresentando crescimento de 9,3% ano contra ano, alcançando R\$ 7,1 bilhões.

O resultado foi impulsionado tanto pela evolução de 7,2% na operação das lojas quanto, sobretudo, pela forte aceleração do O2O, que avançou 74,6% no período e atingiu R\$ 337 milhões. A expansão expressiva do O2O reforça o avanço da estratégia omnicanal e sua crescente relevância na composição das vendas da Companhia.

Além disso, no acumulado de 6 meses, o indicador Vendas Mesmas Lojas apresentou um crescimento real 2,0 vezes acima da inflação acumulada dos últimos 12 meses. Este desempenho deve-se, além das vendas da Páscoa, ao evento Mundial de Futebol, sendo este um dos vetores de crescimento, com a comercialização de mais de 12 milhões de pacotes de figurinhas, dos quais 3 milhões foram originados no canal O2O. As categorias de *snacks* e bebidas registraram crescimento de 13% e 29%, respectivamente.

Outro destaque no período foi a linha de produtos de inverno, com itens como cobertores, mantas, edredons, moletons e pantufas, e que apresentou expansão superior a 35% no período, reforçando o desempenho positivo do portfólio ao longo do semestre.

Comentário do Desempenho



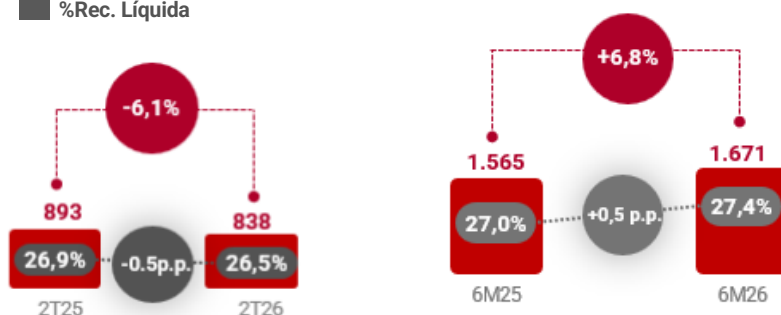
Lucro Bruto e Margem Bruta

Lucro Bruto R\$ MM	6M26	6M25	Δ6M
Lucro Bruto - Consolidado	1.670	1.627	2,6%
Margem Bruta %	26,1%	27,5%	-1,3 p.p
Lucro Bruto - Controladora	1.690	1.606	5,2%
Margem Bruta %	27,6%	27,4%	0,2 p.p
Lucro Bruto - Físico + O2O	1.671	1.565	6,8%
Margem Bruta %	27,4%	27,0%	0,5 p.p

Lucro e Margem Bruta Físico + O2O

R\$ milhões

■ %Rec. Líquida



O Lucro Bruto, das operações Físico + O2O no 6M26 totalizou R\$ 1,7 bilhão, representando uma alta de 6,8% na comparação com o ano anterior. A Margem Bruta foi de 27,4% com avanço de 0,5 pontos percentuais.

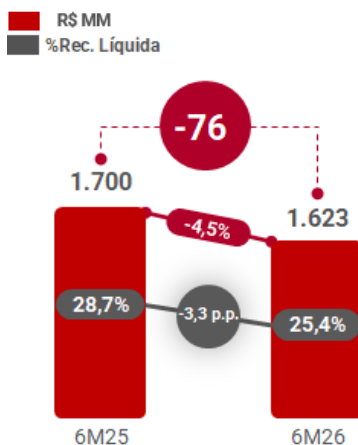
No semestre, a Companhia continuou ampliando receita sem abrir mão de rentabilidade, combinação que sustenta a qualidade do crescimento apresentado. O avanço de 0,5 pontos percentuais na margem 6M26 acompanhado da expansão das vendas do período, apresentadas anteriormente, indicam que o desempenho comercial cresce de forma saudável, em linha com o objetivo de sustentabilidade traçado pela “Estratégia 100 Anos”.

O comparativo do Lucro Bruto no 2T26 carrega ainda o efeito do calendário da Páscoa em 2026, que distribuiu receita e custos do evento entre 1T26 e 2T26, ao passo que em 2025 a concentração se deu quase integralmente no segundo trimestre. Por essa razão, a leitura semestral e a margem percentual traduzem com maior fidelidade o desempenho comercial efetivo do período.

Comentário do Desempenho



Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)



No 6M26, as despesas com SG&A, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 1,6 bilhão, representando uma redução de 4,5% ano contra ano.

Esta redução significativa de despesas evidencia a estratégia de otimização da utilização de recursos, foco em diversas iniciativas de eficiência operacional, simplificação da estrutura e eliminação de gastos não essenciais frente às transformações da operação, privilegiando a alocação de recursos em linhas relacionadas ao crescimento do negócio. Ao considerar a inflação do período, essa redução de custo se torna ainda mais impactante.

Em relação ao 2T26, a comparabilidade das despesas com SG&A também é afetada pelo descasamento da Páscoa, uma vez que uma parte dos custos relacionados ao evento está alocada no 1T26, diferentemente de 2025, quando incidiram quase que totalmente no mês de abril. Considerando este efeito, o SG&A do 2T26 recuou 12,3%, para R\$ 772 milhões, com diluição de 2,8 pontos percentuais sobre a Receita Líquida (23,4% vs. 26,2%).



Outras Receitas/Despesas Operacionais

No 6M26, as Outras Receitas/Despesas Operacionais totalizaram uma receita R\$ 47 milhões, um aumento de R\$ 258 milhões ante o mesmo período do ano anterior.

Importante mencionar que o resultado do 6M25 foi positivamente impactado por efeitos extemporâneos relevantes, principalmente de origem tributária.

Comentário do Desempenho

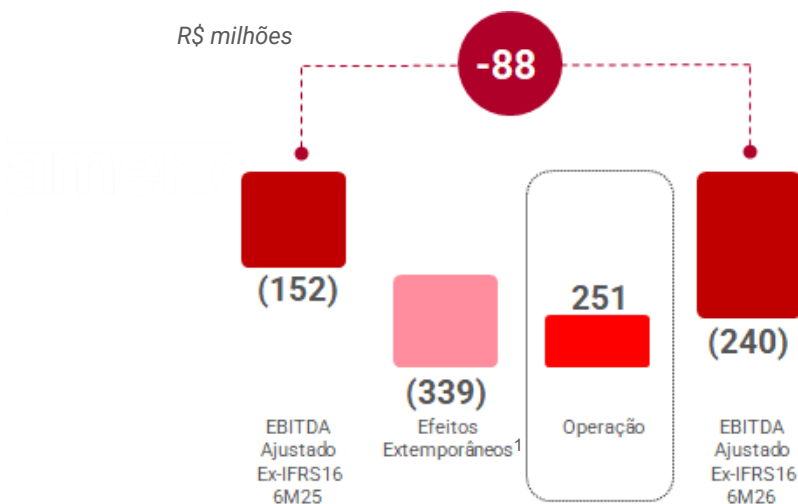


EBITDA Ajustado ex-IFRS16

Conciliação EBITDA R\$ MM	Consolidado					
	2T26	2T25	6M26	6M25	Δ2T A/A	Δ6M A/A
Prejuízo do período	(274)	(98)	(603)	(594)	179,6%	1,5%
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinua	5	(28)	12	(77)	-117,9%	-115,6%
Prejuízo das operações continuadas	(279)	(70)	(615)	(517)	298,6%	19,0%
Impostos	-	(132)	(2)	(136)	-100,0%	-98,5%
Depreciação e amortização	(185)	(193)	(375)	(416)	-4,5%	-10,0%
Resultado Financeiro	(201)	(18)	(332)	(197)	1016,7%	68,5%
EBITDA	107	273	94	232	-60,8%	-59,5%
Despesas da RJ e investigação	38	26	67	41	50,0%	63,9%
EBITDA Ajustado	145	299	161	273	-51,5%	-41,0%
Pagamento de arrendamento	(200)	(209)	(401)	(425)	-4,2%	-5,7%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(55)	90	(240)	(152)	-161,1%	57,9%

No 6M26, o EBITDA Ajustado, que exclui despesas e eventos relacionados à Recuperação Judicial e investigações, totalizou R\$ 161 milhões, uma redução de R\$ 112 milhões na comparação anual. Ao excluir os efeitos do pagamento de arrendamentos (IFRS 16), o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 240 milhões negativos, apresentando uma queda de R\$ 88 milhões ano contra ano.

Conforme mencionado anteriormente, o 6M25 foi impactado por efeitos extemporâneos relevantes que beneficiaram o resultado daquele período. Desconsiderando esses impactos de ambos os períodos, o crescimento do EBITDA Ajustado ex-IFRS16 foi de R\$ 251 milhões ano contra ano, o que evidencia a evolução operacional entre os períodos, conforme demonstrado abaixo.



Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro

Abertura Resultado Financeiro Consolidado - R\$ MM	Consolidado					
	2T26	2T25	6M26	6M25	Δ2T A/A	Δ6M A/A
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	13	24	30	51	(11)	(21)
Variação Cambial Ativa	3	14	14	41	(11)	(27)
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	92	233	182	271	(141)	(89)
Ajuste a valor presente	3	-	3	-	3	3
Outras receitas financeiras	4	4	9	8	-	1
Total receita financeira	115	275	238	371	(160)	(133)
Juros sobre debentures	(102)	(70)	(184)	(133)	(32)	(51)
Variação monetária	(1)	(31)	(12)	(53)	30	41
Ajuste a Valor Presente	(27)	(16)	(39)	(31)	(11)	(8)
Outras despesas financeiras	(77)	(58)	(115)	(113)	(19)	(2)
Despesa financeira s/arrendamento	(207)	(175)	(350)	(330)	(32)	(20)
Encargos de arrendamento	(109)	(118)	(220)	(238)	9	18
Resultado financeiro	(201)	(18)	(332)	(197)	(183)	(135)

No 6M26, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$ 332 milhões, o que representa uma piora de R\$ 135 milhões na comparação anual. Essa variação é explicada, principalmente, pelo reconhecimento dos descontos financeiros relacionados aos eventos extemporâneos ocorridos em 2025, com o objetivo de reduzir os passivos tributários da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro também registrou a despesa de R\$ 184 milhões, um aumento de R\$ 51 milhões em relação ao ano anterior, referentes a juros e variação cambial da 22ª Emissão de Debêntures da Companhia. As séries 1 e 2 estão indexadas a 128% do CDI, enquanto a série 3 está atrelada à variação do dólar acrescida de 8,35% ao ano.



Resultado Líquido do Período

Como resultado, no 6M26, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 603 milhões, aumento de 1,5% em relação ao prejuízo líquido apresentado no 6M25. Considerando apenas o resultado da operação continuada, o prejuízo líquido totalizou R\$ 615 milhões no 6M26, com crescimento de 19% em relação ao prejuízo líquido do mesmo período do ano anterior. Conforme mencionado anteriormente, a comparabilidade entre esses períodos foi impactada pelos efeitos extemporâneos que beneficiaram o resultado operacional de 2025.

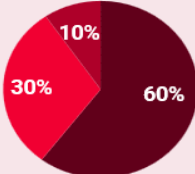
Comentário do Desempenho

 Estrutura de Capital

Endividamento Consolidado - R\$ MM	Consolidado		
	2T26	2025	Δ A/A
Debêntures de Curto Prazo	13	-	-
Endividamento de Curto Prazo	13	-	-
Debêntures de Longo Prazo	2.139	1.995	7,2%
Endividamento de Longo Prazo	2.139	1.995	7,2%
Endividamento Bruto	2.152	1.995	7,9%
Disponibilidades	456	1.054	-56,7%
Contas a Receber de Cartões	673	1.429	-52,9%
Disponibilidades Totais	1.129	2.483	-54,5%
Caixa (Dívida) Líquida	(1.023)	488	-

No acumulado de 2026, o saldo da Dívida Bruta totalizou R\$ 2,2 bilhões, um crescimento de 7,9% em relação a 2025. A dívida é composta integralmente pelas Debêntures de 22ª Emissão. As disponibilidades totais da Companhia somaram R\$ 1,1 bilhão no 2T26, sendo R\$ 0,5 bilhão de disponibilidades e R\$ 0,7 bilhão de recebíveis de venda com cartões. Como resultado, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida de R\$ 1,0 bilhão, comparada a um caixa líquido de R\$ 488 milhões registrado ao final de 2025. Essa variação reflete basicamente diferentes níveis de investimento em capital de giro entre os dois períodos, em função da sazonalidade natural do negócio ao longo do ano.

Adicionalmente, a Companhia mantém compromisso de quitação de obrigações com fornecedores no âmbito da Recuperação Judicial, com pagamentos previstos em até 60 parcelas mensais, a partir de abril de 2024. A valor presente, tais obrigações totalizam R\$ 365 milhões, devidamente reconhecidos na rubrica “Fornecedores” do Balanço Patrimonial (Nota Explicativa 16 do ITR). Obrigações com credores que aderiram à Opção de Reestruturação I ou à Modalidade Geral de Pagamentos somavam R\$ 29 milhões a valor presente, ao final do período, registradas em outros passivos de longo prazo.

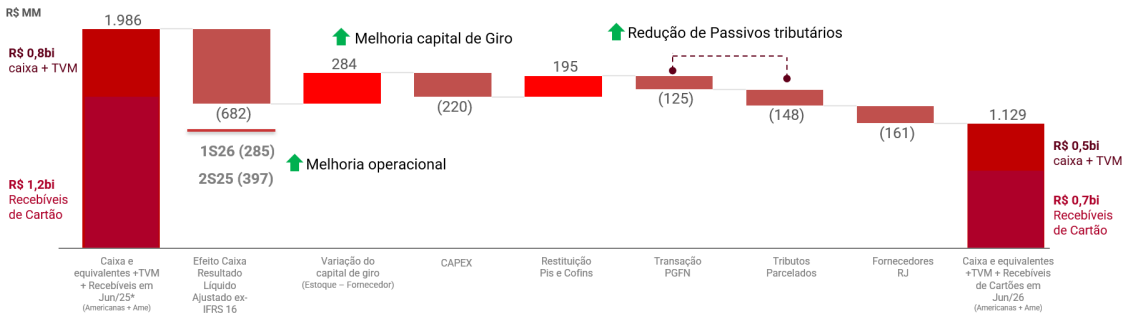
Perfil da 22ª Emissão de Debêntures	SÉRIE	ATUALIZAÇÃO	CARÊNCIA	VALOR (R\$ MM)	PRAZO	JUROS
	AMERE2 (Prioritária)	128% do CDI	24 meses de carência 26/07/2026	1.322	4 anos (bullet)	pagos trimestralmente
	AMERF2 (Simples)	128% do CDI	24 meses de carência 26/07/2026	660	5 anos (bullet)	pagos trimestralmente
	AMERG2 (Simples)	USD + 8,35%	24 meses de carência 26/07/2026	170	5 anos (bullet)	pagos trimestralmente

Comentário do Desempenho

Cabe destacar que, em evento subsequente ocorrido em 10 de julho de 2026, houve a quitação da primeira parcela, líquida dos custos da transação, (R\$ 13 milhões) da venda da UPI Uni.Co, gerando ainda um contas a receber de R\$ 142 milhões, totalizando R\$ 155 milhões. Os dois valores serão integralmente abatidos, como *cash sweep*, do saldo devedor das Debêntures.

Considerando os passivos remanescentes vinculados ao Plano de Recuperação Judicial, no valor de R\$ 394 milhões, e os valores da venda da UPI Uni.co descritos acima, a dívida líquida atinge R\$ 1,3 bilhão no 2T26.

Fluxo de Caixa | 12M



TVM: Títulos e Valores Mobiliários.
*Não considera a variação das operações descontinuadas (HNT e Uni.Co).

No 6M26, o saldo de caixa consolidado foi de R\$ 1,1 bilhão, apresentando um consumo da ordem de R\$ 860 milhões nos últimos 12 meses.

O efeito caixa líquido do resultado foi de R\$ 682 milhões negativos, sendo o 1S26 R\$ 112 milhões melhor que o 2S25, refletindo a melhoria operacional. Este resultado foi compensando parcialmente pela melhoria contínua da eficiência em capital de giro, que vem financiando a transformação do negócio.

Adicionalmente, ocorreram investimentos da ordem de R\$ 220 milhões, com o objetivo de sustentar o crescimento futuro da companhia. Com objetivo de reduzir os passivos tributários, ocorreram negociações extraordinárias que totalizam R\$ 273 milhões no período e incluem o pagamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente ao acordo para a quitação de passivos federais, parcelamento de auto regularização de tributos. Além disso tivemos recebimento de restituição de impostos e o pagamento de fornecedores do Plano de Recuperação Judicial.

Comentário do Desempenho

Eventos importantes do trimestre e subsequentes

Comentário do Desempenho

Eventos Importantes do Trimestre e Subsequentes

Conclusão da venda da UPI Uni.Co

Em 2 de julho de 2026, a Americanas concluiu a alienação da UPI Uni.Co para a Fan Store Entretenimento S.A. ("BandUP!"), conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. A operação contempla preço de aquisição base de R\$ 152.903.467,00, sujeito a ajuste, com pagamento inicial de R\$ 20.000.000,00. A conclusão da transação representa mais uma etapa relevante da implementação das medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#)

Esclarecimentos sobre a Recuperação Judicial

Em 9 de julho de 2026, a Americanas esclareceu ao mercado que vem cumprindo regular e integralmente todos os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, sem atraso ou incompletude de pagamentos a credores. A Companhia também informou que concluiu os compromissos previstos para o período de dois anos pós-homologação e que o Ministério Público e o Administrador Judicial apresentaram pareceres favoráveis ao encerramento da Recuperação Judicial, disponíveis no website do Administrador Judicial (<https://zveiter.com.br/americanas>)

Para acessar o Comunicado ao Mercado, [clique aqui](#).

Amortização Extraordinária das Debêntures da 22ª Emissão

Em 10 de julho de 2026, a Americanas realizou a amortização extraordinária obrigatória das debêntures da primeira série da 22ª emissão, no montante de R\$ 12,6 milhões, conforme previsto na Escritura de Emissão. A amortização resultou na redução do valor nominal unitário das debêntures da série.

Para acessar o Aviso aos Debenturistas, [clique aqui](#).

Comentário do Desempenho

Eventos Importantes do Trimestre e Subsequentes

Conclusão do procedimento de ajuste de preço da alienação da UPI Uni.Co

Em comunicado ao Mercado divulgado em 07 de agosto de 2026 a Americanas informou que, concluiu com a Fan Store Entretenimento S.A. (BandUP!) o ajuste de preço previsto no contrato de 1º de abril de 2026. O Preço de Aquisição Final ficou em R\$ 162.048.987,13. Descontada a parcela à vista de R\$ 20 milhões paga no fechamento, o saldo será quitado em 5 parcelas anuais de R\$ 28.409.797,43, corrigidas por 100% do CDI, com vencimento a partir do 1º aniversário do fechamento.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o desenvolvimento dos assuntos objeto deste Comunicado ao Mercado.

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#)

americanas

Comentário do Desempenho

Sustentabilidade Corporativa



Comentário do Desempenho

Publicação voluntária Relatório Anual 2025

Desde 2023, a Americanas não publica o seu Relatório Anual, amparada pela Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que prevê o tratamento diferenciado para a entrega de informações periódicas de companhias em Recuperação Judicial. Em função dos avanços do seu Plano de Recuperação Judicial e mantendo o seu compromisso com a transparência e a ética, a Americanas publicará, voluntariamente, seu Relatório Anual em setembro de 2026. A publicação adotará as melhores práticas inspiradas no padrão GRI (Global Reporting Initiative) e reunirá indicadores relativos aos exercícios de 2023, 2024 e 2025, reportando a evolução do negócio após os eventos de 2023. Adicionalmente, a Companhia está conduzindo um novo estudo de materialidade, com conclusão prevista para 2026, que fundamentará a sua nova estratégia ESG.



Comentário do Desempenho

Adesão à Coalizão pelo Código de Defesa e inclusão do Consumidor Negro

Entre as iniciativas da nossa estratégia de sustentabilidade, vale reforçar que, em abril de 2026, a Americanas assinou, junto com outras 17 empresas varejistas brasileiras, a carta-compromisso em que se compromete com a adoção de diretrizes estabelecidas pelo Código de Defesa e Inclusão do Consumidor Negro, obra sem validade jurídica, mas com grande peso moral e coletivo.

A iniciativa deriva da coalizão formada pelo MOVER - Movimento pela Equidade Racial, sob a liderança da L'oreal, para o enfrentamento ao racismo no ambiente de consumo e conta, desde 2025, com um Grupo de Trabalho de representantes das empresas integrantes que adaptou o código para a realidade das varejistas dos mais diversos segmentos. O grupo se mantém ativo em discussões sobre diretrizes, melhores práticas e avanço nas metas de redução dos casos de racismo no varejo.

Campanha SOS Sudeste para fortes Chuvas na região Sudeste (SP, MG e RJ)

Nos últimos meses, a região sudeste (SP, RJ e MG) foi atingida por fortes chuvas, deslizamentos e enchentes que deixaram muitas famílias desabrigadas e municípios em emergência. Em parceria com o Movimento União BR, organização de voluntários que atua no apoio a comunidades vulneráveis pelo país desde 2020, a Companhia lançou a campanha SOS Sudeste com foco em mobilizar sua base de clientes para apoio às as regiões afetadas pelas chuvas. Além disso, a Companhia viabilizou doações de mais de 17 mil itens de higiene, vestuário e limpeza para as cidades mais afetadas. Para garantir a saúde e segurança dos associados impactados, o Núcleo de Saúde Mental e Emocional, formado por psicólogos e assistentes sociais, ofereceu orientação e acolhimento emocional.

Comentário do Desempenho

Anexos

Comentário do Desempenho Anexo I

Demonstração do Resultado

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhões de Reais)

	Consolidado		
	2T26	2T25	Variação
Receita operacional líquida	3.302	3.358	-1,7%
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(2.466)	(2.446)	0,8%
Lucro bruto	836	912	-8,3%
Receitas (Despesas) operacionais			
Vendas	(626)	(688)	-9,0%
Gerais e administrativas	(331)	(386)	-14,2%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	43	242	-82,2%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(78)	80	-
Receitas financeiras	115	275	-58,2%
Despesas financeiras	(316)	(293)	7,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(201)	(18)	1016,7%
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	(279)	62	-
Imposto de renda e Contribuição Social			
Correntes	-	(4)	-
Diferidos	-	(128)	-
Prejuízo de operações continuadas	(279)	(70)	298,6%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	5	(28)	-
Prejuízo do Período	(274)	(98)	179,6%

Comentário do Desempenho Anexo I

Demonstração do Resultado

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhões de Reais)

	Consolidado		
	6M26	6M25	Variação
Receita operacional líquida	6.390	5.926	7,8%
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.720)	(4.299)	9,8%
Lucro bruto	1.670	1.627	2,6%
Receitas (Despesas) operacionais			
Vendas	(1.294)	(1.333)	-2,9%
Gerais e administrativas	(704)	(783)	-10,1%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	47	305	-84,6%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(281)	(184)	-
Receitas financeiras	238	371	-35,8%
Despesas financeiras	(570)	(568)	0,4%
RESULTADO FINANCEIRO	(332)	(197)	68,5%
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	(613)	(381)	60,9%
Imposto de renda e Contribuição Social			
Correntes	(2)	(9)	-77,8%
Diferidos	-	(127)	-
Prejuízo de operações continuadas	(615)	(517)	19,0%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	12	(77)	-
Prejuízo do Período	(603)	(594)	1,5%

Comentário do Desempenho

Anexo II

Balanço Patrimonial

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial		
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM DE 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025		
(Em milhões de Reais)		
	Consolidado	
ATIVO	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	267	879
Títulos e valores mobiliários	189	175
Contas a receber de clientes	708	1.467
Estoques	2.044	1.850
Tributos a recuperar	864	1.010
Imposto de renda e contribuição social	97	35
Despesas antecipadas	125	105
Outros ativos circulantes	219	344
Ativo mantidos para venda	1.772	1.846
Total do ativo circulante	6.285	7.711
NÃO CIRCULANTE		
Tributos a recuperar	2.951	2.883
Imposto de renda e contribuição social	295	341
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74	74
Depósitos judiciais	722	739
Despesas antecipadas	73	60
Outros ativos não circulantes	17	15
Investimentos	20	32
Imobilizado	1.357	1.464
Intangível	182	172
Ativo de direito de uso	2.574	2.758
Total do ativo não circulante	8.265	8.538
TOTAL DO ATIVO	14.550	16.249

	Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.858	2.461
Risco Sacado	231	308
Debêntures	13	-
Salários, provisões e contribuições sociais	258	262
Tributos a recolher	224	343
Imposto de renda e contribuição social	2	2
Passivo de arrendamento	352	365
Outros passivos circulantes	218	319
Passivos associados a ativos mantidos para venda	546	604
Total do passivo circulante	3.702	4.664
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores	206	259
Debêntures	2.139	1.995
Tributos a Recolher	54	71
Provisão para processos judiciais e contingências	651	701
Passivo de arrendamento	3.060	3.218
Plano de Assistência Médica	195	195
Outros passivos não circulantes	388	387
Total do passivo não circulante	6.693	6.826
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	39.891	39.891
Outros resultados abrangentes	(8)	(7)
Prejuízos acumulados	(35.728)	(35.125)
Total do patrimônio líquido	4.155	4.759
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.550	16.249

Comentário do Desempenho Anexo III

Fluxos de Caixa

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Período de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025

(Em milhões de reais)

	Consolidado		
	30/06/2026	30/06/2025	Variação
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período das operações continuadas	(615)	(517)	(98)
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinuadas	12	(77)	89
Ajustes ao Lucro líquido (Prejuízo) do período:			
Depreciação e amortização	375	416	(41)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	2	136	(134)
Juros, variações monetárias, cambiais e custo de captação	377	303	74
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	86	143	(57)
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	(55)	(200)	145
Ajuste a valor presente de obrigações	36	31	5
Outros	(102)	13	(115)
	116	248	(132)
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	759	500	259
Estoques	(84)	(443)	359
Tributos a recuperar	64	116	(52)
Despesas antecipadas	(33)	(49)	16
Depósitos judiciais	17	75	(58)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	197	180	17
	920	379	541
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	(678)	(220)	(458)
Risco sacado	(77)	77	(154)
Salários, encargos e contribuições sociais	(4)	(11)	7
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	(136)	(129)	(7)
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(173)	(279)	106
	(1.068)	(562)	(506)
Pagamento de contingências	(81)	(81)	-
Juros pagos sobre arrendamentos	(220)	(238)	18
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4)	(1)	(3)
Atividades operacionais das operações descontinuadas	(57)	103	(160)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(394)	(152)	(242)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários e FIDC	(14)	(17)	3
Aquisição de imobilizado e intangível	(80)	(65)	(15)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos das operações continuadas	(94)	(82)	(12)
Atividades de investimentos das operações descontinuadas	102	(22)	124
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	8	(104)	112
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de passivo de arrendamento	(181)	(187)	6
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento das operações continuadas	(181)	(187)	6
Atividade de financiamento das operações descontinuadas	(52)	(50)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(233)	(237)	4
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	(619)	(493)	(126)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	879	1.129	(250)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	267	605	(338)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	(7)	31	(38)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	(619)	(493)	(126)

Comentário do Desempenho

Glossário

A/A (Ano/Ano): métrica de comparação que avalia a variação de um indicador entre períodos equivalentes de anos consecutivos, permitindo analisar a evolução do desempenho de forma ajustada à sazonalidade do negócio.

Ebitda/Ebitda Ajustado: Indicador utilizado para mensurar a geração operacional de caixa de uma companhia, representando o lucro antes dos efeitos financeiros (juros), fiscais (impostos) e das despesas não caixa, como depreciação e amortização. Quando reportado como "ajustado", indica que a métrica foi normalizada pela empresa, por meio de critérios próprios, para excluir itens considerados não recorrentes ou não operacionais.

Lucro Bruto (LB): Lucro operacional bruto ou lucro de vendas é a diferença entre a receita de uma empresa em relação aos seus custos variáveis (matérias-primas, custos de produção, comissões e demais insumos produtivos).

Margem Bruta: indicador de rentabilidade que mede a eficiência operacional de uma companhia, representando a relação entre o lucro bruto e a receita líquida.

O2O (Online to Offline): modelo que conecta as compras online às lojas físicas, usando as lojas como pontos de retirada e entrega de mercadorias.

Receita Bruta (RB): indicador que representa o valor total das vendas de bens ou serviços realizadas por uma companhia em determinado período, antes da dedução de impostos, devoluções, abatimentos e descontos comerciais.

%RL (% da Receita Líquida): indicador que expressa a participação de uma linha de resultado ou despesa em relação à receita líquida da companhia, permitindo avaliar a representatividade e a eficiência operacional dos diferentes componentes do resultado.

SG&A (Selling, General and Administrative Expenses): indicador que engloba as despesas operacionais relacionadas à comercialização, administração e suporte ao negócio, como gastos com vendas, marketing, salários administrativos, aluguel e serviços gerais. Reflete a estrutura de custos indiretos necessária para a operação da companhia, excluindo custos diretamente ligados à produção ou aquisição de bens e serviços.

"SSS" (Same Store Sale) ou "vendas nas mesmas lojas": é um indicador financeiro que mede o crescimento das vendas de uma rede varejista baseando-se apenas em lojas abertas nos últimos 12 meses, excluindo novas aberturas ou fechamentos para segregar o crescimento orgânico da operação.

Comentário do Desempenho

Sobre Americanas



Comentário do Desempenho

Sobre Americanas S.A.

Com quase um século de trajetória, a **Americanas consolidou-se como uma das varejistas mais relevantes e queridas do país**. Os resultados recentes evidenciam um momento de evolução consistente, os avanços operacionais e financeiros confirmam a solidez do plano de transformação em curso e a disciplina com que a companhia vem executando cada etapa dessa nova fase, trimestre após trimestre. Esse novo momento se apoia na força de um modelo verdadeiramente multicanal, com mais de 1.400 lojas espalhadas por todos os estados, conectadas a um e-commerce que amplia e complementa a jornada de compra, sustentam uma operação cada vez mais eficiente e voltada à geração de caixa, à rentabilidade e ao crescimento sustentável. Em paralelo, a companhia mantém firme seu compromisso social, atuando na redução das desigualdades por meio da formação profissional e da diversidade. Com foco no futuro, a Americanas segue dedicada à construção de uma agenda ancorada na "Estratégia 100 Anos", reafirmando sua trajetória de evolução e sua visão de longo prazo. Americanas, tudo que você ama.

Teleconferência em Português

com tradução simultânea para o inglês

13 de agosto de 2026, quinta-feira

11:00h (horário de Brasília)

Relação com Investidores:

(ri.americanas.io):

Sebastien Durchon (CFO e DRI)

Marcelo Ferreira (Diretor de RI)



Comentário do Desempenho



Notas Explicativas



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

ITR - Informações Trimestrais

30 de junho de 2026

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhões de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	232	784	267	879
Títulos e valores mobiliários	6	189	175	189	175
Contas a receber de clientes	7	700	1.444	708	1.467
Contas a receber - Partes relacionadas	11	111	42	-	-
Estoques	8	2.032	1.843	2.044	1.850
Tributos a recuperar	9	794	963	864	1.010
Imposto de renda e contribuição social	10	82	19	97	35
Despesas antecipadas		113	92	125	105
Outros ativos circulantes		196	308	219	344
Ativos mantidos para venda	27	1.229	1.561	1.772	1.846
Total do ativo circulante		5.678	7.231	6.285	7.711
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	1	18	-	-
Tributos a recuperar	9	2.924	2.765	2.951	2.883
Imposto de renda e contribuição social	10	295	288	295	341
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	74	74	74	74
Depósitos judiciais		715	731	722	739
Despesas antecipadas		73	60	73	60
Contas a receber – Partes relacionadas	11	85	78	-	-
Outros ativos não circulantes		12	10	17	15
Investimentos	12	271	713	20	32
Imobilizado	13	1.354	1.458	1.357	1.464
Intangível	14	182	170	182	172
Ativo de direito de uso	15	2.574	2.758	2.574	2.758
Total do ativo não circulante		8.560	9.123	8.265	8.538
TOTAL DO ATIVO		14.238	16.354	14.550	16.249

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhões de reais)



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	1.834	2.420	1.858	2.461
Risco sacado	17	231	309	231	308
Debêntures	18	13	-	13	-
Contas a pagar – Partes relacionadas	11	86	237	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais		241	242	258	262
Tributos a recolher	19	219	337	224	343
Imposto de renda e contribuição social	10	2	-	2	2
Passivo de arrendamento	15	352	365	352	365
Outros passivos circulantes		186	252	218	319
Passivos associados a ativos mantidos para venda	27	-	333	546	604
Total do passivo circulante		3.164	4.495	3.702	4.664
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	202	255	206	259
Debêntures	18	2.139	1.995	2.139	1.995
Tributos a recolher	19	51	62	54	71
Provisão para processos judiciais e contingências	20	641	688	651	701
Contas a pagar – Partes relacionadas	11	75	77	-	-
Passivo de arrendamento	15	3.060	3.218	3.060	3.218
Provisão para perdas em investimentos	12	171	223	-	-
Plano de assistência médica	28	195	195	195	195
Outros passivos não circulantes		385	387	388	387
Total do passivo não circulante		6.919	7.100	6.693	6.826
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	39.891	39.891	39.891	39.891
Outros resultados abrangentes		(8)	(7)	(8)	(7)
Prejuízos acumulados		(35.728)	(35.125)	(35.728)	(35.125)
Total do patrimônio líquido		4.155	4.759	4.155	4.759
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.238	16.354	14.550	16.249

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhões de reais, exceto o resultado por ação)



		Período de três meses findo em				Período de seis meses findo em			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Nota		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita operacional líquida	22	3.172	3.332	3.302	3.358	6.114	5.855	6.390	5.926
Custo das mercadorias e serviços vendidos	23	(2.327)	(2.427)	(2.466)	(2.446)	(4.424)	(4.249)	(4.720)	(4.299)
Lucro bruto		845	905	836	912	1.690	1.606	1.670	1.627
Receitas (despesas) operacionais									
Vendas	24	(629)	(688)	(626)	(688)	(1.294)	(1.330)	(1.294)	(1.333)
Gerais e administrativas	24	(320)	(361)	(331)	(386)	(682)	(735)	(704)	(783)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(14)	(10)	-	-	(19)	(6)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	24	39	243	43	242	25	303	47	305
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(79)	89	(78)	80	(280)	(162)	(281)	(184)
Receitas financeiras	25	112	268	115	275	228	343	238	371
Despesas financeiras	25	(312)	(299)	(316)	(293)	(563)	(570)	(570)	(568)
Resultado financeiro		(200)	(31)	(201)	(18)	(335)	(227)	(332)	(197)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(279)	58	(279)	62	(615)	(389)	(613)	(381)
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	10	-	-	-	(4)	-	-	(2)	(9)
Diferidos	10	-	(128)	-	(128)	-	(128)	-	(127)
Prejuízo do período das operações continuadas		(279)	(70)	(279)	(70)	(615)	(517)	(615)	(517)
Operações descontinuadas									
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinuadas	27	5	(28)	5	(28)	12	(77)	12	(77)
Prejuízo do período		(274)	(98)	(274)	(98)	(603)	(594)	(603)	(594)
Prejuízo por ação - Operações continuadas									
Básico – em R\$	26	(1,39)	(0,35)			(3,17)	(4,04)		
Diluído – em R\$	26	(1,39)	(0,35)			(3,17)	(4,04)		
Prejuízo por ação do período									
Básico – em R\$	26	(1,37)	(0,49)			(3,11)	(4,65)		
Diluído – em R\$	26	(1,37)	(0,49)			(3,11)	(4,65)		

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhões de reais)



	Período de três meses findo em				Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(274)	(98)	(274)	(98)	(603)	(594)	(603)	(594)
Outros resultados abrangentes								
Variação cambial de investidas no exterior	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	2	(1)	2
Reclassificação para o resultado por redução de capital de investida no exterior	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado:								
No período	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Em períodos subsequentes	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	2	(1)	2
Total do resultado abrangente	(275)	(99)	(275)	(99)	(604)	(594)	(604)	(594)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhões de reais)



	Controladora e Consolidado			
	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	39.891	(67)	(34.854)	4.970
Prejuízo do período	-	-	(594)	(594)
Total dos resultados abrangentes do período	-	-	(594)	(594)
Saldos em 30 de junho de 2025	39.891	(67)	(35.448)	4.376
Saldos em 1º de janeiro de 2026	39.891	(7)	(35.125)	4.759
Prejuízo do período	-	-	(603)	(603)
Variação cambial de investidas no exterior	-	(1)	-	(1)
Total dos resultados abrangentes do período	-	(1)	(603)	(604)
Saldos em 30 de junho de 2026	39.891	(8)	(35.728)	4.155

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhões de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período das operações continuadas		(615)		(517)
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinuadas	27	12	12	(77)
Ajustes ao Lucro líquido (Prejuízo) do período:				
Depreciação e amortização		373	375	416
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10	-	2	136
Juros, variações monetárias, cambiais e custo de captação		377	377	303
Equivalência patrimonial	12	19	-	-
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	20	83	86	143
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	20	(54)	(55)	(200)
Ajuste a valor presente de obrigações		36	36	31
Outros		(107)	(102)	13
		124	116	248
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Contas a receber		744	759	500
Estoques		(79)	(84)	(443)
Tributos a recuperar		72	64	116
Despesas antecipadas		(34)	(33)	(49)
Depósitos judiciais		17	17	75
Outras contas a receber (circulante e não circulante)		110	197	180
		830	920	379
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores		(663)	(678)	(220)
Risco sacado		(78)	(77)	77
Salários, encargos e contribuições sociais		(3)	(4)	(11)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		(135)	(136)	(129)
Contas a receber/pagar com partes relacionadas		(7)	-	-
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(83)	(173)	(279)
		(969)	(1.068)	(562)
Pagamento de contingências	20	(78)	(81)	(81)
Juros pagos sobre arrendamentos	15	(220)	(220)	(238)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(4)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações continuadas		(313)	(337)	(255)
Atividades operacionais das operações descontinuadas	27	(15)	(57)	103
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(328)	(394)	(152)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários e FIDC	6	3	(14)	(17)
Aquisição de imobilizado e intangível	13/14	(80)	(80)	(65)
Caixa líquido incorporado		19	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos das operações continuadas		(58)	(94)	(82)
Atividades de investimentos das operações descontinuadas	27	(10)	102	(22)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(68)	8	(104)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de passivo de arrendamento	15	(181)	(181)	(187)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento das operações continuadas		(181)	(181)	(187)
Atividade de financiamento das operações descontinuadas	27	-	(52)	(50)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(181)	(233)	(237)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		(577)	(619)	(493)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	784	879	1.129
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	232	267	605
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	27	(25)	(7)	31
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		(577)	(619)	(493)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhões de reais)



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	7.285	6.957	7.631	7.083
Outras receitas	-	144	31	147
Perdas (reversões) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	9	(19)	8	(19)
	7.294	7.082	7.670	7.211
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.982)	(4.733)	(5.357)	(4.841)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(703)	(712)	(674)	(683)
	(5.685)	(5.445)	(6.031)	(5.524)
Valor Adicionado Bruto	1.609	1.637	1.639	1.687
Depreciação e amortização	(373)	(409)	(375)	(416)
Valor Adicionado Líquido Produzido	1.236	1.228	1.264	1.271
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(19)	(6)	-	-
Receitas financeiras	228	343	238	371
Valor Adicionado Total a distribuir	1.445	1.565	1.502	1.642
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	556	573	596	630
Benefícios	121	127	125	132
FGTS	53	58	58	66
	730	758	779	828
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	70	157	67	165
Estaduais	577	563	579	564
Municipais	40	41	41	43
	687	761	687	772
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	563	570	570	568
Aluguéis	68	70	69	68
	631	640	639	636
Remuneração de capitais de próprios				
Prejuízo do período das operações continuadas	(615)	(517)	(615)	(517)
Lucro (Prejuízo) do período das operações descontinuadas	12	(77)	12	(77)
	(603)	(594)	(603)	(594)
Distribuição do valor adicionado	1.445	1.565	1.502	1.642

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais do período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Informações do Grupo Americanas

A Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia", e, em conjunto com suas subsidiárias, o "Grupo") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Parte, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia possui o varejo como segmento operacional único, no qual combina plataformas digital e física (com as Lojas Americanas e Americanas Express), além de atuar em plataformas de terceiros (*marketplace*) e programa de fidelidade, ampliando sua presença no ecossistema de varejo digital. Adicionalmente, por intermédio de suas controladas, a Companhia detém outros negócios que não integram o segmento operacional principal, os quais se encontram classificados como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas.

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 800 municípios em todas as unidades federativas do Brasil. A Companhia conta com cerca de 1.450 lojas e *e-commerce*, com aproximadamente 40 milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com oito centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com aproximadamente 27 mil colaboradores à frente de toda a operação.

A Companhia possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos, tendo executado a partir do exercício de 2024 passos relevantes para a equalização da sua situação financeira, nos termos do Plano de Recuperação Judicial e das subsidiárias JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial. Dando continuidade a essa estratégia, a Companhia, em 25 de março de 2026, protocolou, perante o juízo da Recuperação Judicial da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de encerramento da recuperação judicial de todas as Recuperandas, tendo em vista o cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, homologado em 27 de fevereiro de 2024, com vencimento até dois anos após sua homologação, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

1.2. Operações descontinuadas de Unidades Produtivas Isoladas ("UPIs") e outros investimentos

Como forma de levantamento de recursos para o cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), a Companhia vem promovendo processos organizados para a alienação de algumas unidades de negócio. Em decorrência da decisão e em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 31 (IFRS 5), essas unidades de negócio estão sendo apresentadas destacadas nas informações trimestrais como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 27. Abaixo, destacamos a situação atual dessas unidades de negócio:

(a) HNT Comércio de Hortifrutigranjeiros S.A. ("HNT Hortifrutigranjeiros")

A Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em 12 de agosto de 2025, informando que retomou o processo de *Market Sounding* para prospecção de interessados na aquisição da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra ("HNT"), conforme previsto na cláusula 7.2.1.(i) no PRJ. Assim, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas informações trimestrais como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 27.

Em continuidade à decisão e conforme previsto em seu PRJ, a Companhia constituiu a empresa HNT Comércio Hortifrutigranjeiros Ltda. ("HNT Hortifrutigranjeiros") para receber o acervo do então segmento operacional *Fresh Foods* (HNT). Posteriormente, a HNT Hortifrutigranjeiros foi transformada de Ltda. para S.A. e, em 19 de fevereiro de 2026, as ações de sua emissão foram alienadas fiduciariamente aos debenturistas em cumprimento ao disposto no PRJ e na escritura de debêntures.

Notas Explicativas

Em 13 de maio de 2026, a HNT Hortifrutigranjeiros celebrou contrato de compra e venda com o Grupo Fartura de Hortifrut S.A., por meio do qual a HNT Hortifrutigranjeiros se comprometeu a alienar ativos utilizados na operação que compõem a estrutura física de 10 lojas deficitárias localizadas no Estado de São Paulo. O preço de venda acordado foi de R\$ 69, sendo R\$ 10 a serem pagos à vista e o saldo remanescente em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela em até 30 dias contados da data de fechamento da operação, atualizadas pelo CDI entre a data de fechamento da operação e a data do efetivo pagamento. A conclusão do negócio está sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no contrato, o qual já foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

(b) Extrafruti S.A. – Comércio de Hortifrutigranjeiros (“Extrafruti”)

A Companhia celebrou em 16 de junho de 2026 Contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a EFP – Extrafruti Participações S.A. e com a L2NCM Participações S.A., para alienação da sua participação societária no Extrafruti. O preço de venda acordado foi de R\$ 18, sendo pagos R\$ 6 à vista e a diferença em duas parcelas anuais iguais e sucessivas, atualizadas pela média aritmética simples entre a variação positiva acumulada do CDI e a variação positiva acumulada do IPCA para o período desde a data da assinatura até a data do efetivo pagamento. A conclusão da operação depende apenas do trânsito em julgado da decisão que aprovou a operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

(c) Proposta vinculante para a alienação do acervo do Uni.Co S.A. (“Uni.Co”)

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia divulgou Fato Relevante informando ao mercado que aceitou a proposta vinculante apresentada pela Fan Store Entretenimento S.A. (“BandUP”) para a aquisição da unidade produtiva isolada composta por 100% (cem por cento) das ações de emissão da Uni.Co (“UPI Uni.Co”) e, consequentemente, pela totalidade do Acervo Uni.Co (conforme definido no PRJ), incluindo a totalidade das ações e quotas, conforme aplicável, representativas do capital social das subsidiárias diretas e indiretas, da Uni.Co S.A.. Informações mais detalhadas sobre os termos e condições da proposta vinculante apresentada pela BandUP estão descritas no referido Fato Relevante.

Em 06 de fevereiro de 2026, foi publicado, no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, o edital de alienação judicial da UPI Uni.Co. Em 25 de março de 2026, realizou-se, perante o Juízo da Recuperação Judicial, audiência para abertura das propostas fechadas apresentadas no âmbito do processo competitivo de alienação judicial da UPI Uni.Co, na forma e nos termos da Lei 11.101/2005. Durante a audiência, verificou-se que, além da proposta apresentada pela BandUP, foi apresentada uma segunda proposta concorrente. Após o recebimento da proposta concorrente, o Juízo da Recuperação Judicial a declarou inválida por não cumprir com todos os requisitos exigidos pelo Edital de alienação judicial.

Em razão da invalidade da proposta concorrente, o Juízo da Recuperação Judicial declarou a proposta vinculante apresentada pela BandUP como vencedora do processo competitivo e, em 01 de abril de 2026, a Companhia e a BandUP celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações para a alienação da UPI Uni.Co, ficando o pagamento do Preço de Aquisição Final da UPI Uni.Co e a efetiva conclusão da transferência da UPI Uni.Co sujeitos ao cumprimento das condições precedentes previstas em tal contrato, incluindo a obtenção da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Conforme nota 29, a conclusão e fechamento da referida operação ocorreu em 02 de julho de 2026.

(d) Parati – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”)

Em junho de 2024, foi assinado pela Companhia um contrato de compra e venda da Parati, com a Tudo Holding Financeira Ltda. (“Tudo Holding”), pelo montante de R\$ 34. O recebimento estava condicionado à aprovação final pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Por meio do Ofício 36.840/2025-BCB/Deorf/GTSP2PE 273440, datado de 31 de dezembro de 2025, o BACEN emitiu parecer favorável autorizando a transferência do controle societário da Parati para a Tudo Holding. A alienação e transferência da totalidade das ações de emissão da Parati para a Tudo Holding foi concluída em 11 de fevereiro de 2026. Em decorrência da conclusão da operação, a Tudo Holding pagou à AME Holding Ltda. em parcela única, o montante de R\$ 34 a título de liquidação da operação.

Notas Explicativas

1.3. Recuperação judicial

Em decorrência dos fatos divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”), apresentaram pedido de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”), cujo processamento foi deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial em 19 de janeiro de 2023.

Em março de 2023, foi reconhecido, pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*), o pedido de reconhecimento (*Chapter 15*) destinado à aplicação, nos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia.

Em novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma versão atualizada do PRJ e que, após negociações, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em fevereiro de 2024. Com a homologação, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, e a Companhia ficou bloqueada para novas ações de capitalização de créditos.

Em 22 de julho de 2024, a decisão de homologação do PRJ foi reconhecida pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque, no âmbito do *Chapter 15*, por meio de decisão contra a qual não foram interpostos recursos.

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da Recuperação Judicial homologou as deliberações sobre o PRJ do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024. Por meio de tais deliberações foram promovidos alguns ajustes pontuais ao PRJ.

O PRJ aprovado, as medidas já executadas e os efeitos decorrentes da reestruturação estão disponíveis ao mercado nos *sites* de Relações com Investidores, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da Bolsa de Valores (“B3”).

Os credores que ainda não tiveram os seus créditos quitados nos termos do PRJ estão sendo pagos conforme os prazos estabelecidos no PRJ.

Os credores fornecedores com créditos superiores a R\$ 12 mil, que não aderiram à opção de receber tal valor em pagamento dos seus créditos e que estão adimplentes com o Compromisso de Não Litigar, estão recebendo os seus créditos em 48 parcelas mensais iguais, com deságio de 50%. O pagamento de tais parcelas teve início em março de 2024 e tem conclusão prevista para 2028.

Para os credores fornecedores colaboradores, além dos pagamentos realizados ao longo de 2024, foi previsto no Plano um montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões para pagamento de tais créditos.

Os credores que optaram pela Opção de Reestruturação I (conforme definido no PRJ) terão seus créditos reduzidos em 70%, com amortização em parcela única programada para janeiro de 2039.

Aqueles credores que não escolheram nenhuma das opções anteriores ou se enquadram nas hipóteses do PRJ terão seus créditos reduzidos em 80%, com pagamento único previsto para janeiro de 2044.

Por fim, os créditos *intercompany* e os créditos dos acionistas de referência da Companhia, que não participaram do Leilão Reverso, serão quitados em parcela única em 2059, podendo, a critério exclusivo da Americanas, ser pagos mediante transferência de recursos com deságio de 95%, desde que todos os créditos concursais tenham sido liquidados.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 25 de março de 2026, na referida data, o Grupo Americanas protocolou pedido de encerramento da recuperação judicial, perante o Juízo da Recuperação Judicial, tendo em vista o cumprimento de todas as obrigações previstas no seu PRJ com vencimento em até dois anos após a homologação do PRJ, na forma da Lei nº 11.101/2005.

O pedido de encerramento da recuperação judicial permanece pendente de análise pelo Juízo da Recuperação Judicial, tendo sido apresentadas manifestações do Ministério Público e da Administração Judicial favoráveis ao pedido de encerramento da RJ apresentado pela Companhia.

Conforme divulgado ao mercado, a Americanas vem cumprindo regular e integralmente todos os compromissos assumidos no PRJ e não há qualquer atraso ou incompletude de pagamentos a credores da Companhia nos termos previstos do PRJ. Em decorrência

Notas Explicativas

dessa regularidade, a Companhia requereu ao juízo da recuperação judicial o encerramento de sua recuperação judicial e das demais recuperandas.

1.4. Outras informações associadas à Recuperação Judicial

(a) Conclusão do relatório da investigação independente e apurações internas

Em 11 de janeiro de 2023, foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente ("Comitê Independente"), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê Independente apresentou as conclusões de seu trabalho de investigação ao Conselho de Administração e à diretoria executiva, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024. As evidências apresentadas pelo Comitê Independente confirmaram a existência de fraude contábil caracterizada, conforme já divulgado ao mercado. De acordo com as evidências, ex-diretores foram identificados como participantes, bem como outros ex-executivos da Companhia.

A conclusão da investigação do Comitê Independente não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.

Em 31 de outubro de 2024, a Companhia convocou uma assembleia geral extraordinária, que foi realizada em 11 de dezembro de 2024, ocasião em que os acionistas da Companhia, por maioria, autorizaram a propositura pela Companhia de ação de responsabilidade civil pelos prejuízos causados, nos termos do Artigo 159 da Lei nº 6.404/76, em face dos ex-diretores da Companhia, em razão de fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia ingressou com procedimento arbitral no dia 11 de março de 2025.

Além disso, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a avaliar e a tomar, quando julgar necessário e conveniente, medidas para a responsabilização civil de todos aqueles que participaram ou concorreram para a prática da fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos e não o tenham feito na qualidade de administradores da Companhia ou suas antecessoras durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios sociais anteriores.

(b) Governança e medidas tomadas pela Companhia

Em março de 2023, a B3 iniciou um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao Fato Relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 decidiu suspender a Companhia do Novo Mercado até o cumprimento de exigências, e aplicou multas a administradores e integrantes de órgãos de assessoramento, atuais e antigos. A Companhia respeita, mas discorda das conclusões da B3, que a condenaram pela fraude, mesmo diante de um *management override of controls* não detectado pelas auditorias internas e externas.

A decisão desconsiderou provas de conformidade da Companhia com o Regulamento do Novo Mercado, e impôs uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis e seus integrantes, caracterizando responsabilidade objetiva, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, nem individual nem coletivamente. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até a manifestação da Diretoria da B3, o que ainda não ocorreu.

A Companhia possui processos de gestão de riscos e controles internos estruturados em três linhas: (i) área de negócios, responsável por monitorar seus próprios riscos; (ii) áreas como Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) Auditoria Interna. Conta ainda com um Comitê de Auditoria independente e com um Conselho Fiscal.

O sistema de governança corporativa é revisado anualmente e segue as práticas de governança do Novo Mercado da B3, bem como as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Como parte de seu Programa de Integridade, a Companhia adota Código de Ética e Conduta, Canal de Denúncias terceirizado e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de *compliance*, e combate a corrupção. As denúncias recebidas são classificadas por empresa independente e apuradas internamente ou externamente, sob coordenação da Auditoria Interna. Até o momento, não houve impacto dessas apurações sobre as informações trimestrais.

Notas Explicativas

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas para garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, visando a colaborar com as apurações e com as autoridades envolvidas. A atual Diretoria da Companhia segue comprometida em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada em valores e princípios éticos.

A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal teve como objeto, em sua primeira fase, a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos para coleta de documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e *insider trading*. As autoridades apresentaram denúncia em face de 13 ex-executivos em março de 2025.

Em junho de 2026, conforme notícias veiculadas em mídia, a Polícia Federal deflagrou a segunda fase da Operação *Disclosure*, em conjunto com o Ministério Público Federal, na qual foram cumpridos 9 mandados de busca e apreensão, bem como determinado, pelo Juízo da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, o sequestro de bens e valores em nome dos investigados. A Americanas não é investigada e não tem acesso ao inquérito da Polícia Federal, que é sigiloso, e continua à disposição das autoridades para colaborar com as investigações que seguem em curso.

Além disso, a CVM também instaurou inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia. Em janeiro de 2026, um dos referidos inquéritos deu origem ao Processo Administrativo Sancionador CVM nº 19957.000952/2023-57 ("PAS"), no qual 30 ex-executivos foram acusados de infração a determinados dispositivos da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 08/79, da Resolução CVM nº 62/2022 e da Instrução CVM nº 476/2009, no qual a Companhia foi acusada de ter infringido o caput do Artigo 10. A Companhia apresentou sua defesa à CVM em 13 de julho de 2026 e aguarda a inclusão do referido PAS na pauta de julgamentos do Colegiado da Autarquia.

Atualmente, estão em curso na CVM outros dois inquéritos administrativos relacionados ao Fato Relevante publicado pela Companhia em 11 de janeiro de 2023: (i) o inquérito administrativo nº 19957.000596/2026-14, que examina o cumprimento dos deveres fiduciários por membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal da Companhia e membros de seus Comitês de Assessoramento; e (ii) o inquérito administrativo nº 19957.000595/2026-70, que apura a conduta de bancos e de seus administradores com relações comerciais com a Companhia, além da atuação de intermediários e seus respectivos administradores nas emissões de valores mobiliários realizadas conforme a Instrução CVM nº 476/2009.

Companhia continua colaborando integralmente com todas as investigações conduzidas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, atendendo diligentemente às determinações que surjam a partir das investigações por elas conduzidas, às quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas, a Companhia avaliará as medidas cabíveis.

(c) Alegação de descumprimento do Plano

Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia e de algumas controladas, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional, no valor de US\$ 10 milhões. Tais credores alegam que as Recuperandas efetuaram um pagamento a menor pois, em relação aos créditos em dólar, desconsideraram a variação cambial verificada entre 27 de março de 2024 (data da Taxa de Câmbio Conversão, conforme Cláusula 1.1.144 do Plano) e 26 de julho de 2024 (Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II).

Em 24 de outubro de 2024, as Recuperandas apresentaram sua resposta contra tal alegação, sustentando, dentre outras matérias que: (i) os credores violaram o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano, (ii) a matéria está preclusa; (iii) o Plano não prevê a indexação dos créditos em moeda estrangeira e autoriza a sua conversão para viabilizar a apuração da cascata de pagamentos para todos os eventos de reestruturação, já que os valores a serem distribuídos entre os credores nos termos do Plano foram fixados em reais.

A matéria está pendente de decisão pelo Juízo da Recuperação Judicial.

(d) Deliberações aprovadas em assembleia de debenturistas

Conforme divulgado em comunicado ao mercado em 23 de fevereiro de 2026, os debenturistas da 22ª (vigésima segunda) emissão de debêntures da Companhia aprovaram, em assembleia geral realizada na mesma data, a autorização para que a Companhia promova a alienação de imóveis de sua propriedade que não estejam listados no Plano como ativos para desinvestimento.

Notas Explicativas

A deliberação estabeleceu a obrigatoriedade de destinação de parcela dos recursos líquidos eventualmente obtidos com tais alienações para amortização extraordinária ou resgate antecipado das debêntures, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

Na mesma assembleia, os debenturistas deliberaram, ainda, sobre outras matérias de natureza financeira, operacional e societária, incluindo: (i) autorização para aporte de até R\$ 75 milhões em fundo de investimento em direitos creditórios vinculado à operação de crédito direto ao consumidor; e (ii) aprovação da incorporação de subsidiária não operacional Ecolivery Courriers Ltda. pela subsidiária operacional da Companhia, Click-Rodo Entregas Ltda.

1.5. Requerimento de Instauração de Arbitragem

A Companhia é parte em três procedimentos arbitrais relacionados a alegações de supostas inconsistências contábeis em suas demonstrações financeiras, todos instaurados pelos mesmos requerentes, conforme descrito a seguir:

(i) Arbitragem iniciada em janeiro de 2023 - Uma associação, em conjunto com supostos acionistas da Companhia, instaurou procedimento arbitral com valor da causa de R\$ 500, no qual alegava a existência de inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 08 de janeiro de 2026, os requerentes apresentaram pedido de desistência da arbitragem, cuja homologação ainda se encontra pendente. A Companhia, por sua vez, solicitou, além da homologação da desistência, a condenação dos Requerentes a (a) reembolsarem os custos e despesas incorridos com a arbitragem; (b) pagarem honorários de sucumbência, em 20% do valor da causa e (c) pagarem multa por litigância de má-fé. Em 16 de julho de 2026, foi prolatada decisão que homologou a desistência dos Requerentes e extinguiu o procedimento sem julgamento do mérito. A decisão ainda condenou os Requerentes a reembolsarem a Companhia pelas despesas incorridas com a arbitragem, que incluem custas administrativas, honorários dos árbitros e honorários do Comitê de Impugnação. Foram rejeitados os pedidos de condenação dos Requerentes ao reembolso de honorários dos advogados, ao pagamento de honorários de sucumbência e ao pagamento de multa por litigância de má-fé. A decisão está sujeita a pedidos de esclarecimentos.

(ii) Arbitragem iniciada em abril de 2024 - Os mesmos requerentes deram início a novo procedimento arbitral, inicialmente atribuído ao valor da causa de R\$ 32.000. Nesse procedimento, os requerentes pleitearam: (a) indenização no montante de R\$ 12.000 em favor de investidores, a ser suportada pela Companhia e por seus acionistas controladores; e (b) indenização no montante de R\$ 20.000 em favor da própria Companhia, a ser paga por seus acionistas controladores. No Termo de Arbitragem, o valor da causa foi posteriormente reduzido para R\$ 100. Nesse procedimento, os requerentes igualmente apresentaram pedido de desistência em 30 de setembro de 2025, cuja homologação foi requerida pela Companhia, com a consequente condenação dos requerentes nos mesmos ônus postulados no item (i). Em 24 de abril de 2026 a Sentença Arbitral foi disponibilizada, homologando a desistência e extinguindo o procedimento sem resolução de mérito. A decisão, ainda, condenou os requerentes a indenizarem a Companhia em custas, honorários dos árbitros e honorários contratuais dos advogados. Foram indeferidos os pedidos de condenação dos requerentes ao pagamento de honorários de sucumbência e multa por litigância de má-fé. A conclusão do caso aguarda a decisão do pedido de esclarecimentos à sentença arbitral apresentado pelos requerentes.

(iii) Arbitragem iniciada em janeiro de 2026 - Os mesmos requerentes, supostamente acionistas da Companhia, instauraram novo procedimento arbitral, desta vez sem a participação da associação, reiterando, em essência, os pedidos formulados nas arbitragens anteriores. O procedimento contempla pedidos de indenização a investidores por supostas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como pedido de indenização a própria Companhia a ser suportada por seus acionistas controladores. Adicionalmente, foram formulados pedidos de responsabilização de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Este procedimento encontra-se em fase administrativa, com o Tribunal Arbitral ainda não constituído, não sendo possível, no momento, mensurar de forma confiável os valores envolvidos.

Os procedimentos arbitrais iniciados em 2023 e 2024 foram extintos em razão da homologação da desistência pelos Requerentes, sem julgamento do mérito. Com base na avaliação de seus assessores legais, a Administração classifica esses procedimentos como de risco remoto. Já o procedimento arbitral iniciado em 2026 é classificado como de risco possível, considerando a análise de mérito realizada na fase atual do processo.

1.6. Ações Cíveis Públicas

Duas ações cíveis públicas foram ajuizadas contra a Companhia, em janeiro de 2023, pelo Instituto Brasileiro de Cidadania - IBRACI e o Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo - IPGE, nas quais incluíram no polo passivo das ações diversos outros réus relacionados à antiga gestão da Companhia.

Notas Explicativas

As ações buscam indenizar credores, fornecedores e consumidores, por danos morais e materiais advindos das inconsistências contábeis identificadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 09 de junho de 2026, o juízo da ação civil pública movida pelo IPGE proferiu sentença de indeferimento da inicial e extinção do processo sem resolução do mérito, em razão da ilegitimidade ativa da associação. A ação civil pública movida pelo IBRACI encontra-se em fase postulatória. O prognóstico de perda com relação ao mérito para ambas é possível, não sendo possível, no momento, mensurar de forma confiável os valores envolvidos.

2. Políticas contábeis materiais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Essas informações trimestrais foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, não ocorreram mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas abaixo não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações trimestrais se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As informações e notas explicativas não apresentadas nestas informações trimestrais, com relação às apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

- Detalhamento das políticas contábeis materiais;
- Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas;
- Depósitos Judiciais;
- Pagamento baseado em ações; e
- Cobertura de seguros.

(a) Continuidade operacional

Essas informações trimestrais foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional. Nesse contexto, a Companhia e suas controladas cumpriram as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, tendo sido requerido o encerramento da recuperação judicial em 25 de março de 2026.

A Companhia celebrou, buscando também o fortalecimento do capital de giro e geração de caixa, acordos no âmbito fiscal com autoridades federais e estaduais, com o objetivo de regularização de débitos tributários, os quais geraram benefícios econômicos relevantes de redução de passivos de gastos advocatícios, além dos efeitos positivos reconhecidos no exercício social do supracitado ano.

Adicionalmente, em esforço contínuo para fortalecimento da eficiência operacional e geração de caixa, a Companhia vem promovendo a reavaliação de custos e despesas, a reestruturação da área de vendas associadas à adequação do sortimento, visando maior atratividade nas lojas e, conseqüentemente, incremento na margem.

Notas Explicativas

A Administração entende que essas iniciativas, associadas às negociações contínuas com fornecedores e parceiros comerciais, suportam o pressuposto de continuidade operacional adotado na elaboração destas informações trimestrais.

(b) Autorização de emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 12 de agosto de 2026.

(c) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das informações trimestrais. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A IAS 34 não exige a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

2.3 Adoção de normas novas e revisadas no período

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2026 não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações trimestrais, exceto quando informado abaixo.

Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações à IFRS 7 estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.

As alterações à IFRS 9 estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG).

A Companhia não identificou impactos significativos nas suas informações trimestrais com a adoção destas alterações.

Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos de Compra de Energia (Power Purchase Arrangements – PPAs)

As alterações têm como objetivo permitir que as entidades apresentem, em suas demonstrações financeiras, informações que, na visão do IASB, representem de forma mais fiel os contratos vinculados à energia elétrica dependente de recursos naturais.

Melhorias anuais nas normas IFRS de 2024

Efetua alterações nas normas:

- IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de *hedge*;
- IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação;
- IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação;
- IFRS 10, abordando a determinação de um “agente de fato”; e
- IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo.

A Companhia não identificou impactos significativos nas suas informações trimestrais com a adoção destas alterações.

Notas Explicativas

Normas IFRS S1 e S2/ CBPS - Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima (informação facultativa introduzida pela CVM por meio da Resolução nº 244 de 29 de maio de 2026)

A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para que as entidades divulguem riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam impactar seus fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio e longo prazo. Por sua vez, focado especificamente nas divulgações climáticas, a IFRS S2 exige que as entidades revelem riscos físicos e de transição climática, além de oportunidades climáticas. As entidades devem fornecer informações detalhadas sobre processos de governança, estratégias de gestão e desempenho em relação a esses riscos e oportunidades e metas climáticas, respectivamente.

A Administração da Companhia está avaliando a adoção e o impacto dessas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

2.4 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas informações trimestrais, a Companhia ainda não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. Os diretores da Companhia não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as informações trimestrais da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: (a) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (b) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (c) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da demonstração de resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18, que ainda necessitam de avaliação adicional pela Companhia da sua magnitude.

IFRS 19 – Controladas sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Esta norma, quando adotada, permitirá que as controladas elegíveis apliquem as normas IFRS com divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras individuais. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, por se tratar de controladora do Grupo.

IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios

Esta norma, quando adotada, exige que uma entidade sujeita a um acordo regulatório divulgue informações sobre seus ativos regulatórios, passivos regulatórios, receitas regulatórias e despesas regulatórias. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não está sujeita a acordos regulatórios.

3. Gestão de riscos financeiros

3.1. Fatores de riscos financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. Tais riscos são constantemente monitorados pela Administração. Quando considerado que a contratação de instrumentos derivativos para proteção desses riscos é aplicável, e as condições de mercado permitem, o tema é discutido e supervisionado pelo Conselho de Administração, quando então é feita a avaliação das estratégias.

Notas Explicativas

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia emitiu debêntures conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries, sendo que uma destas possui atualização monetária vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui dívidas com atualização expostas à variação cambial.

Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando a deterioração da taxa efetiva do Real em relação ao Dólar ao final de 2026 em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Consolidado				
		30/06/2026		Efeito no resultado		
		Moeda estrangeira	Reais	Cenário I Provável 2026 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
USD	Debêntures	(33)	(170)	(1)	(44)	(87)
Impacto no resultado				(1)	(44)	(87)
(¹) Premissas adotadas:		30/06/2026		Provável (i)	+25%	+50%
	USD	5.18		5.20	6.50	7.80

(i) Taxa anual estimada do dólar para 2026, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(ii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Como parte do plano de liquidação dos eventos previstos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI.

Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando a elevação da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Consolidado			
		30/06/2026	Cenário I Provável 2026 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
	Equivalentes de caixa	175	-	6	12
CDI	Títulos e valores mobiliários	189	-	6	13
	Debêntures	(1.982)	5	(64)	(133)
	Impacto no resultado		5	(52)	(108)
(¹) Premissas adotadas:		30/06/2026	Provável (i)	+25%	+50%
	CDI	14,15	13,90	17,38	20,85

(i) Taxa anual estimada de juros para 2026, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro, cartões de débito ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente

Notas Explicativas

por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco.

O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato:

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 30 de junho de 2026					
Fornecedores	1.858	141	54	11	2.064
Risco Sacado	231	-	-	-	231
Debêntures	13	-	2.139	-	2.152
Arrendamentos a pagar	352	323	968	1.769	3.412
Opção I e default	-	-	-	29	29

3.2. Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. O monitoramento do endividamento do Grupo é realizado através da avaliação da Dívida Líquida e EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional.

4. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Notas Explicativas

			Controladora		Consolidado	
	Nota	Hierarquia	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros						
Mensurados pelo custo amortizado						
Equivalentes de caixa	5	-	150	627	175	684
Contas a receber de clientes	7	-	700	1.444	708	1.467
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	196	120	-	-
Títulos e valores mobiliários – FIDC	6	-	1	18	-	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	189	175	189	175
Passivos Financeiros						
Mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	16	-	2.036	2.675	2.064	2.720
Risco sacado	17	-	231	309	231	308
Debêntures	18	-	2.152	1.995	2.152	1.995
Contas a pagar - partes relacionadas	11	-	161	314	-	-
Arrendamentos a pagar	15	-	3.412	3.583	3.412	3.583
Opção I e default			29	19	29	19

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	82	157	92	195
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	119	473	144	530
Compromissadas (ii)	31	154	31	154
	232	784	267	879

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 101% do CDI em 30 de junho de 2026 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2025). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.
- (ii) As operações compromissadas classificadas como equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, utilizadas na gestão de caixa da Companhia.

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's (i)	189	175	189	175
Cotas FIDC (a)	1	18	-	-
	190	193	189	175
Parcela do circulante	189	175	189	175
Parcela do não circulante	1	18	-	-

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 30 de junho de 2026 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2025), na controladora e consolidado, sem intenção de alienação desses títulos em um prazo superior a um ano, motivo pela qual estão classificados no ativo circulante. Do montante total aplicado em CDBs, R\$ 160 está dado em garantia para os acordos celebrados com a PGFN no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Tal valor garante o pagamento de parte do débito com créditos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(a) Cotas FIDC's

A Companhia opera com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) com o objetivo principal de antecipar pagamentos a fornecedores por meio de operações de Risco Sacado e conceder prazos diferenciados de pagamento a clientes, por meio do programa de Parcelamento da Americanas (Parcela A), mediante a aquisição de direitos creditórios, conforme previsto em seus regulamentos.

Ambos os fundos foram constituídos sob a forma de condomínio fechado, sendo a Companhia titular de 100% das cotas subordinadas. Em maio de 2026, ocorreu a liquidação antecipada do FIDC Colombo. No mesmo período, houve resgate parcial do patrimônio líquido investido no FIDC Crediário Americanas, refletido na redução do valor da cota, sem alteração na quantidade de cotas detidas pela Companhia.

Notas Explicativas

FIDC's	Quantidade de cotas	Participação no Patrimônio Líquido	Valor das cotas (Expresso em R\$)		Saldos em 30/06/2026	Saldos em 31/12/2025
			30/06/2026	31/12/2025		
FIDC Colombo	-	100%	-	1.094	-	8
FIDC Crediário Americanas	9.962	100%	115	1.020	1	10

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Cartões de crédito (i)	673	1.429	673	1.429
Demais contas a receber	40	27	57	67
	713	1.456	730	1.496
Provisão de perda de crédito estimada	(13)	(12)	(22)	(29)
	700	1.444	708	1.467

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	697	1.440	703	1.463
Vencidos:				
até 60 dias	3	-	3	-
até 180 dias	-	4	2	4
mais de 180 dias	13	12	22	29
	713	1.456	730	1.496

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	(12)	(19)	(29)	(31)
Adições	(4)	(8)	(5)	(14)
Reversões	12	-	12	-
Incorporação	(9)	-	-	-
Saldo final em 30 de junho	(13)	(27)	(22)	(45)

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Mercadorias para revenda	2.389	2.313	2.401	2.320
Suprimentos e embalagens	21	18	21	18
Provisão para perdas na realização dos estoques (i)	(378)	(488)	(378)	(488)
	2.032	1.843	2.044	1.850

(i) A provisão para perdas nos estoques tem a seguinte base de cálculo: (a) Para as mercadorias com custo maior do que o preço de venda (margem negativa) e os itens em obsolescência e giro lento pela diferença entre o custo de aquisição e o preço ajustado ao seu valor realizável, líquido das despesas necessárias para a sua comercialização; (b) pelas perdas históricas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	(488)	(404)	(488)	(404)
Adições / Reversões	110	(56)	110	(58)
Saldo final em 30 de junho	(378)	(460)	(378)	(462)

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.951	1.956	1.954	1.969
PIS e COFINS	1.659	1.767	1.752	1.912
Outros (i)	108	5	109	12
	3.718	3.728	3.815	3.893
Parcela do circulante	794	963	864	1.010
Parcela do não circulante	2.924	2.765	2.951	2.883

(i) No período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu R\$ 105 de créditos fiscais previdenciários, sendo R\$ 55 de principal e R\$ 50 de receita financeira.

O montante de impostos a recuperar, registrados nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
A realizar:				
2026	529	963	536	1.010
2027	672	934	735	940
2028 em diante	2.517	1.831	2.544	1.943
	3.718	3.728	3.815	3.893

10. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	361	305	373	357
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	16	2	19	19
	377	307	392	376
Parcela do circulante	82	19	97	35
Parcela do não circulante	295	288	295	341
Passivo				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	1	-	1	2
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	1	-	1	-
	2	-	2	2

Notas Explicativas

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social (a)	(279)	58	(279)	62
Alíquota vigente dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	95	(20)	95	(21)
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	(4)	(3)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(69)	(74)	(71)	(80)
Despesas indedutíveis	9	8	9	10
Outros ajustes com efeito permanente	(31)	(39)	(33)	(41)
Imposto de renda e contribuição social (b)	-	(128)	(0)	(132)
Corrente	-	-	-	(4)
Diferido	-	(128)	-	(128)
Alíquota efetiva (b/a)	0%	(221%)	0%	(213%)

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social (a)	(615)	(389)	(613)	(381)
Alíquota vigente dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	209	132	208	130
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	(6)	(2)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(177)	(221)	(180)	(227)
Despesas indedutíveis	18	16	18	18
Outros ajustes com efeito permanente	(44)	(53)	(48)	(57)
Imposto de renda e contribuição social (b)	0	(128)	(2)	(136)
Corrente	-	-	(2)	(9)
Diferido	-	(128)	-	(127)
Alíquota efetiva (b/a)	0%	(33%)	0%	(36%)

(c) Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora				
	Aumento / (Redução)				
	01/01/2025	No resultado	31/12/2025	No resultado	30/06/2026
Prejuízos fiscais e bases negativas	5.126	1.319	6.445	281	6.726
Reversão de créditos fiscais constituídos	(4.995)	(1.376)	(6.371)	(281)	(6.652)
Diferenças temporárias:					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	463	(170)	293	(54)	239
Provisão para perda de estoques e contas a receber	248	31	279	(39)	240
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	218	1	219	66	285
Crédito fiscal de controladas no exterior	75	(16)	59	-	59
Outras adições (i)	464	(395)	69	-	69
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(807)	376	(431)	192	(239)
Total ativo fiscal diferido	792	(230)	562	165	727
Ajuste a valor presente	(268)	77	(191)	(61)	(252)
Depreciação do imobilizado	(182)	39	(143)	(179)	(322)
Outras exclusões (ii)	(211)	57	(154)	75	(79)
Total passivo fiscal diferido	(661)	173	(488)	(165)	(653)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	131	(57)	74	-	74

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Aumento / (Redução)					
	01/01/2025	Reclassificação para mantido para venda	No resultado	31/12/2025	No resultado	30/06/2026
Prejuízos fiscais e bases negativas	5.273	(9)	1.701	6.965	(112)	6.853
Reversão de créditos fiscais constituídos	(5.135)	-	(1.756)	(6.891)	112	(6.779)
Diferenças temporárias:						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	477	-	(169)	308	(66)	242
Provisão para perda de estoques e contas a receber	256	-	27	283	(40)	243
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	218	-	1	219	66	285
Crédito fiscal de controladas no exterior	75	-	(16)	59	-	59
Outras adições (i)	467	-	(398)	69	-	69
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(865)	-	132	(733)	459	(274)
Total ativo fiscal diferido	766	(9)	(478)	279	419	698
Ajuste a valor presente	(291)	56	327	92	(259)	(223)
Depreciação do imobilizado	(182)	-	39	(143)	(235)	(322)
Outras exclusões (ii)	(211)	-	57	(154)	75	(79)
Total passivo fiscal diferido	(684)	56	423	(205)	(419)	(624)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	82	47	(55)	74	-	74

(i) Adições temporárias referentes a provisões de *impairment*.

(ii) Exclusões temporárias referentes aos ajustes do CPC 47, IFRS 15 e ágio.

(iii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência das negociações em andamento com órgãos fiscalizadores, considerando o estabelecido nos requisitos e condições das leis vigentes, que visa resolver litígios relacionados à cobrança de débitos de natureza tributária, os quais poderão ser utilizados como forma de pagamento de parte da dívida a ser negociada durante o ano de 2026.

11. Transações com partes relacionadas

O Grupo Americanas atua no segmento de varejo, podendo realizar transações com partes relacionadas, sejam elas controladas diretas ou indiretas, empresas de seus acionistas ou membros-chave da Administração. Essas transações abrangem, principalmente, a aquisição de mercadorias para revenda, fretes, bem como a locação de imóveis destinados às lojas. As transações realizadas com partes relacionadas que não integram o grupo econômico da Americanas, tais como empresas de seus acionistas e demais partes relacionadas não controladas, são pactuadas em condições normais de mercado (*arm's length*), em termos, prazos e preços equivalentes aos praticados em operações com terceiros independentes, sem qualquer condição privilegiada ou distinção em relação às negociações com os demais fornecedores. Todas as transações são conduzidas em conformidade com as diretrizes internas do Grupo.

Notas Explicativas

Controladora									30/06/2026
Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado	
Contas a receber	Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Custo/ Despesa	
Operações com controladas diretas e indiretas:									
Serviços de tecnologia, fintech e intermediação									
20	-	-	-	1	-	-	-	(53)	
81	-	-	-	10	-	-	-	-	
Serviços de Transporte									
8	5	-	5	17	91	(91)	-	(119)	
Transação Mercantil									
-	84	(84)	-	55	80	(79)	1	(3)	
Outras transações									
2	4	-	4	3	-	-	-	-	
Debêntures									
-	3.389	(3.352)	37	-	3.221	(3.185)	36	-	
-	3.602	(3.563)	39	-	3.460	(3.422)	38	-	
111	7.084	(6.999)	85	86	6.852	(6.777)	75	(175)	

(i) Os saldos referem-se a transações de reembolso de despesas da controlada BIT Services.

(ii) Os saldos referem-se a contrato de mútuo assumido pela controladora em razão da incorporação da Mesa.

(iii) Os saldos referem-se a transações com a controlada Click, compreendendo despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolsos de despesas compartilhadas.

(iv) Os saldos referem-se à aquisição de mercadorias importadas da controlada ST Importações, bem como aos montantes registrados no Quadro Geral de Credores (QGC) e aos valores a receber decorrentes da quitação da dívida pela controladora

(v) Os saldos referem-se a operações financeiras intragrupo cujos instrumentos foram novados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), passando a ser tratados como créditos e obrigações sujeitos aos termos do referido Plano.

Notas Explicativas

Controladora										
				31/12/2025				30/06/2025		
Ativo circulante		Ativo não circulante			Passivo circulante		Passivo não circulante		Resultado	
Contas a receber		Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar		Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	
										Custo/ Despesa AVP
Operações com controladas diretas e indiretas:										
Serviços de tecnologia, fintech e intermediação										
Ame Digital	6	-	-	-	111	752	(745)	7	-	-
BIT Services	20	-	-	-	4	-	-	-	(63)	-
Supernow	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte										
Click Rodo	7	6	-	6	34	91	(91)	-	(121)	-
Transação Mercantil										
ST Importações	5	84	(84)	-	71	80	(79)	1	(174)	-
Outras transações										
Demais Contas a receber	4	1	-	1	7	-	-	-	-	-
Debêntures										
B2W LUX	-	3.389	(3.355)	34	-	3.220	(3.187)	33	-	-
JSM Global	-	3.602	(3.565)	37	-	3.460	(3.424)	36	-	(1)
TOTAL	42	7.082	(7.004)	78	237	7.603	(7.526)	77	(358)	(1)
Antecipação de Fornecedores										
FIDC Colombo	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
TOTAL	42	7.082	(7.004)	78	238	7.603	(7.526)	77	(358)	(1)

Notas Explicativas

12. Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	% Participação	Saldos em 31/12/2025	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Reorganização societária	Transferido para mantidos para venda	Incorporação	Outros	Saldos em 30/06/2026
Ame Holding	100	418	-	-	(416)	-	-	(2)	-
Ame Digital (i)	100	-	(4)	-	416	-	(416)	4	-
ST Importações	100	187	(12)	-	-	-	-	-	175
Louise Holdings	100	56	-	(3)	-	-	-	-	53
BWU Comércio e Entretenimento	100	20	3	-	-	-	-	-	23
Extrafruti	10	12	-	-	-	(12)	-	-	-
Outros	-	20	-	-	-	-	-	-	20
Total de investimentos		713	(13)	(3)	-	(12)	(416)	2	271
Mesa- Express (i)	99,99	(59)	3	-	-	-	56	-	-
Click – Rodo Entregas Ltda.	100	(16)	(6)	-	-	-	-	-	(22)
Super Now	100	(63)	(7)	-	-	-	-	-	(70)
Klanil Services	100	(57)	-	2	-	-	-	-	(55)
Bit Services	100	(23)	4	-	-	-	-	-	(19)
Americanas Lux	100	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
B2W Lux	100	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
JSM Global	100	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos		(223)	(6)	2	-	-	56	-	(171)
Total		490	(19)	(1)	-	(12)	(360)	2	100

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de abril de 2026, foi ratificada a incorporação das subsidiárias AME Digital Brasil Ltda. e da Mesa Express Serviços de Informação na Internet S.A., conforme aprovado no Protocolo e Justificação de Incorporação datado de 25 de março de 2026, no contexto de reorganização societária do grupo econômico. A incorporação resultou na extinção das sociedades incorporadas, com a absorção integral de seus respectivos ativos, passivos, direitos e obrigações pela Companhia, sem aumento de capital social. Os patrimônios das sociedades incorporadas foram considerados com base em balanços levantados para fins societários, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A conclusão da incorporação não produziu efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

	% Participação	Saldos em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Incorporações (i)	Redução de capital em controlada	Saldos em 30/06/2025
Uni.Co S.A.	100	181	(5)	-	-	-	176
ST Importações	100	176	10	(1)	-	-	185
Submarino Finance	100	96	2	-	-	-	98
Louise Holdings	100	76	-	(8)	-	-	68
Americanas Local S.A.	100	21	(9)	-	(12)	-	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	21	2	-	-	-	23
Digital Finance	100	18	1	-	(19)	-	-
Extrafruti	10	9	1	-	-	-	10
B2W Rental	99,96	4	-	-	(4)	-	-
Outros	-	21	-	-	-	-	21
Total de investimentos		623	2	(9)	(35)	-	581
Mesa- express	99,99	(172)	(2)	-	-	-	(174)
Click – Rodo Entregas Ltda.	100	(223)	8	-	-	-	(215)
Super Now	100	(56)	(7)	-	-	-	(63)
Klanil Services	100	(57)	-	7	-	(7)	(57)
Bit Services	100	(29)	5	-	-	-	(24)
Americanas Lux	100	(1)	-	-	-	-	(1)
B2W Lux	100	(2)	-	-	-	-	(2)
JSM Global	100	(1)	-	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos		(541)	4	7	-	(7)	(537)
Total		82	6	(2)	(35)	(7)	44

- (i) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 foi aprovada a incorporação, pela Companhia, dos acervos líquidos das subsidiárias integrais, Americanas Local S.A. no montante de R\$ 19, Digital Finance Promotora Ltda. no montante de R\$ 18 e B2W Rental S.A. no montante de R\$ 5, totalizando os acervos incorporados o montante de R\$ 42. As incorporações tiveram como base laudos de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, emitido por perito independente, e contemplam as movimentações patrimoniais realizadas pelas incorporadas da data base dos laudos de avaliação até a data da efetiva incorporação, ou seja, 29 de abril de 2025. Com isso, o montante incorporado importou em R\$ 35. Por serem controladas integrais, as incorporações não produziram qualquer efeito no capital social ou patrimônio líquido da Companhia.

Notas Explicativas

(b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do grupo:

(i) HNT Comércio Hortifrutigranjeiros S.A. (controlada direta - reclassificado para mantido para a venda notas 1.2 e 27)

Com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, basicamente, o comércio varejista de hortifrutigranjeiros, mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios e serviços de entrega rápida. Foi constituída em agosto de 2025, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), tendo suas operações incrementadas a partir de 6 de fevereiro de 2026, quando o acervo líquido do então segmento operacional *Fresh Foods* (HNT Natural da Terra), no montante de R\$ 702, foi cindido da Companhia e utilizado para aporte de capital na subsidiária. O acervo apurado está suportado por laudo de avaliação, a valor contábil na data base de 31 de dezembro de 2025, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei 6.404/76. Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas informações trimestrais como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas.

(ii) ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Com sede localizada na cidade de São José, Santa Catarina, subsidiária integral da Americanas S.A. em Recuperação Judicial, tem por objeto social a importação, exportação, armazenamento e comércio de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos, acessórios de carros, ferramentas, peças de assistência técnica, produtos de utilidade doméstica, brinquedos, brindes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, representação comercial e assessoria empresarial. É controlada diretamente pela Americanas – Em Recuperação Judicial e suas operações consistem substancialmente na importação de mercadorias para revenda para a sua controladora.

(iii) Uni.Co S.A. (controlada direta - reclassificado para mantido para a venda notas 1.2 e 27)

O Grupo Uni.Co é especializado na gestão de marcas de varejo com forte identidade e apelo emocional. Seu portfólio inclui marcas como Imaginarium, Puket, MinD e LoveBrands, atuando nos segmentos de presentes criativos, moda e decoração. Com presença nacional por meio de franquias, *e-commerces* e pontos multimarcas. Em setembro de 2025, a Companhia aceitou proposta vinculante para a venda de 100% (cem por cento) do capital votante do acervo da UPI Uni.Co e correspondentes subsidiárias diretas e indiretas, conforme previsto no PRJ.

Posteriormente, foi informado pela Companhia nos autos a aceitação da proposta estipulada na melhor oferta por meio de processo competitivo. Em edital de alienação judicial, o processo competitivo foi concluído em audiência realizada em março de 2026, mediante a apresentação e avaliação de propostas fechadas. A efetiva conclusão da transferência da UPI Uni.Co que estava sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de alienação, incluindo a obtenção da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), foi concluída em 02 de julho de 2026, vide nota 29.

Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas informações trimestrais como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas.

(iv) Click Rodo Entregas Ltda. (controlada direta)

Com sede no município de Cajamar, Estado de São Paulo, subsidiária integral da Americanas S.A. em Recuperação Judicial é uma sociedade limitada que tem por objeto social a prestação de serviços de organização logística e transporte rodoviário de cargas em geral. Suas operações consistem substancialmente na prestação de serviços de transportes e armazenamento de mercadorias para a sua controladora.

(v) BIT Services Inovação e Tecnologia Ltda. (controlada direta)

Com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, subsidiária integral da Americanas S.A. em Recuperação Judicial é uma sociedade limitada que tem por objeto social a prestação de serviços de elaboração de programas de computador, desenvolvimento e operação de serviços de comércio eletrônico, publicidade digital, desenvolvimento, suporte e consultoria para redes, *software*, internet e tecnologia da informação em geral. Suas operações consistem substancialmente na prestação de serviços de desenvolvimento e suporte relacionados à área de informática para a sua controladora.

Notas Explicativas

(vi) B2W LUX S. à. R.L – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(vii) JSM Global S. à. r. l. – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(viii) AME Holding (controlada direta)

A Ame Holding, controlada integral da Companhia, possuía substancialmente duas subsidiárias: a Ame Digital Brasil Ltda. (“Ame Digital”) e a Parati – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”), alienada em fevereiro de 2026. Em 26 de março de 2026, a Companhia promoveu a dissolução da Ame Holding, assumindo todos os seus ativos devido à controlada possuir ausência de passivo.

A Ame Digital, constituída em julho de 2019, tinha autorização do Banco Central do Brasil (“BACEN”) para operar como instituição de pagamento desde 2022. Após solicitação da sua administração, em novembro de 2025, o Banco Central do Brasil aprovou o pedido de cancelamento da sua autorização de funcionamento como instituição de pagamento. Após a extinção da sua controladora, Ame Holding, a Ame Digital passou a ser controlada direta da Companhia, a qual a incorporou em abril de 2026.

A Parati, autorizada a funcionar pelo BACEN nas modalidades em operações de crédito pessoal consignado e empréstimo sem consignação, por intermédio de correspondentes bancários, teve o processo de alienação concluído em fevereiro de 2026 após o BACEN emitir parecer favorável autorizando a transferência do controle societário para a Tudo Holding.

13. Imobilizado

(a) Composição

A composição do ativo imobilizado é demonstrada abaixo:

Controladora							
			30/06/2026	31/12/2025			
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Total	Custo histórico	Depreciação acumulada	Total
Terrenos e edificações	4%	217	(86)	131	217	(82)	135
Instalações, móveis e utensílios	10%	881	(738)	143	876	(717)	159
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.939	(1.686)	253	1.902	(1.623)	279
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.529	(1.702)	827	2.549	(1.664)	885
Total		5.566	(4.212)	1.354	5.544	(4.086)	1.458

Consolidado							
			30/06/2026	31/12/2025			
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Total	Custo histórico	Depreciação acumulada	Total
Terrenos e edificações	4%	217	(86)	131	218	(83)	135
Instalações, móveis e utensílios	10%	885	(741)	144	880	(721)	159
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.962	(1.708)	254	1.953	(1.670)	283
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.530	(1.702)	828	2.552	(1.665)	887
Outros	10%	5	(5)	-	8	(8)	-
Total		5.599	(4.242)	1.357	5.611	(4.147)	1.464

Notas Explicativas

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na nota 14 das demonstrações financeiras do exercício findo naquela data. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, não identificamos eventos ou indicativos relevantes para provisão ao valor recuperável dos ativos. Os testes serão realizados apenas em 31 de dezembro de 2026 ou antes, caso sejam identificados indicativos relevantes de *impairment*.

A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R\$ 7 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2025). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

(b) Movimentação

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2025	Aquisições	Baixas	Adição depreciação	Baixa depreciação	Saldo em 30/06/2026
Terrenos e edificações	135	-	-	(4)	-	131
Instalações e móveis e utensílios	159	5	-	(19)	-	143
Máquinas e equipamentos de informática	279	12	(1)	(39)	1	253
Benfeitorias em imóveis de terceiros	885	30	(51)	(89)	51	827
	1.458	47	(52)	(151)	52	1.354

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Adição depreciação	Baixa depreciação	Saldo em 30/06/2025
Terrenos e edificações	140	-	-	(2)	-	140
Instalações e móveis e utensílios	240	1	-	(27)	-	212
Máquinas e equipamentos de informática	357	13	-	(50)	-	318
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.223	14	(54)	(108)	52	1.176
Obras em andamento	18	12	-	-	-	-
Outros	38	-	(2)	(2)	3	20
	2.016	40	(56)	(189)	55	1.866

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2025	Aquisições	Baixas	Adição depreciação	Baixa depreciação	Saldo em 30/06/2026
Terrenos e edificações	135	-	-	(4)	-	131
Instalações e móveis e utensílios	159	5	-	(19)	-	144
Máquinas e equipamentos de informática	283	12	(1)	(41)	1	254
Benfeitorias em imóveis de terceiros	887	30	(51)	(91)	52	828
Outros	-	-	(3)	-	3	-
	1.464	47	(55)	(155)	56	1.357

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Adição depreciação	Baixa depreciação	Saldo em 30/06/2025
Terrenos e edificações	140	-	-	(2)	-	140
Instalações e móveis e utensílios	248	1	(1)	(35)	1	212
Máquinas e equipamentos de informática	384	7	(4)	(48)	2	319
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.219	14	(56)	(108)	54	1.185
Obras em andamento	18	12	-	-	-	-
Outros	36	-	(2)	(3)	3	24
	2.045	34	(63)	(196)	60	1.880

Notas Explicativas

14. Intangível

(a) Composição

Controladora					
30/06/2026					
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Direito de uso de <i>software</i>	20%	347	(137)	(28)	182
Outros	8% a 20%	1	(1)	-	-
Total		348	(138)	(28)	182

Controladora				
31/12/2025				
Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Total	
Direito de uso de <i>software</i>	20%	210	(40)	170
Outros	8% a 20%	35	(35)	-
Total		245	(75)	170

Consolidado					
30/06/2026					
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Direito de uso de <i>software</i>	20%	366	(156)	(28)	182
Total		366	(156)	(28)	182

Consolidado					
31/12/2025					
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Direito de uso de <i>software</i>	20%	263	(64)	(27)	172
Outros	8% a 20%	36	(36)	-	-
Total		299	(100)	(27)	172

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	170	531	172	743
Adições	33	44	33	44
Incorporação (i)	1	-	1	-
Baixas	(10)	-	(10)	-
Amortização	(12)	(11)	(14)	(14)
Saldo final em 30 de junho	182	564	182	773

(i) Saldo decorrente da incorporação dos ativos intangíveis da Mesa Express e da Ame Digital, em abril de 2026.

(c) Recuperabilidade dos ativos

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos intangíveis anualmente para verificar a necessidade de provisão para perdas (*impairment*). Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, não identificamos eventos ou indicativos relevantes para provisão para redução ao valor recuperável de ativos. Novos testes serão realizados em 31 de dezembro de 2026, ou antes se houver indicativos relevantes de *impairment*.

Notas Explicativas

15. Ativos e Passivos de arrendamento

Em 30 de junho de 2026, o Grupo possui 1.436 contratos de locação (1.452 contratos de locação em 31 de dezembro de 2025) para as suas unidades comerciais, de logística e administrativas. Esses contratos de locação, em sua maioria, preveem pagamentos de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou valor mínimo. A obrigação mensal do Grupo é o de pagar o maior valor entre ambos, na periodicidade estipulada em cada contrato de arrendamento (usualmente mensal). Foram enquadrados como passivo de arrendamento, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 as parcelas dos contratos definidas como aluguel mínimo. As parcelas definidas como aluguéis variáveis continuam sendo reconhecidas, por competência, como despesa de vendas, juntamente com os demais contratos de aluguel de curto prazo. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

(a) Direito de uso de imóveis – Arrendamento

	Controladora			
			30/06/2026	31/12/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	4.899	(2.325)	2.574	2.758
Total	4.899	(2.325)	2.574	2.758

	Consolidado			
			30/06/2026	31/12/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	4.900	(2.326)	2.574	2.758
Total	4.900	(2.326)	2.574	2.758

A movimentação do direito de uso de imóveis está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	2.758	3.293	2.758	3.309
Adições	75	4	75	4
Baixas	(47)	(39)	(47)	(41)
Remensurações	(1)	193	(1)	199
Depreciação	(211)	(258)	(211)	(260)
Saldo final em 30 de junho	2.574	3.193	2.574	3.211

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamentos a pagar	5.932	6.343	5.932	6.343
Juros sobre arrendamento	(2.520)	(2.760)	(2.520)	(2.760)
	3.412	3.583	3.412	3.583
Parcela do circulante	352	365	352	365
Parcela do não circulante	3.060	3.218	3.060	3.218

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	3.583	4.168	3.583	4.186
Adições	75	4	75	4
Baixas	(61)	(51)	(61)	(53)
Pagamento	(401)	(477)	(401)	(479)
Juros apropriados	220	254	220	255
Remensurações	(4)	183	(4)	187
Saldo final em 30 de junho	3.412	4.081	3.412	4.100

Notas Explicativas

(c) Transações não envolvendo caixa

As adições dos contratos de locação das unidades comerciais, de logística e administrativas, ocorridas no período de 30 de junho de 2026, no valor de R\$ 75 na controladora e consolidado (R\$ 4 na controladora e no consolidado em 30 de junho de 2025), foram financiadas por novos arrendamentos.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros (i)	1.746	2.349	1.770	2.390
Acordos comerciais (ii)	(71)	(94)	(71)	(94)
Fornecedores da recuperação judicial	486	558	491	563
Ajuste a valor presente - recuperação judicial	(125)	(138)	(126)	(139)
	2.036	2.675	2.064	2.720
Parcela do circulante	1.834	2.420	1.858	2.461
Parcela do não circulante	202	255	206	259

- (i) Incluem, além de fornecedores de bens e serviços, valores a pagar referentes a aluguéis variáveis. Esses aluguéis são mensurados com base na receita de cada loja e possuem periodicidade de pagamento variável, podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme os termos de cada contrato.
- (ii) Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações ocorrem por meio de compensação com créditos de VPC, de modo que o pagamento aos fornecedores é efetuado pelo valor líquido.

Abaixo apresentamos os débitos e prazo de pagamento por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação Judicial.

Categoria dos fornecedores	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Opção de reestruturação I	11	11
Opção default	77	77
Créditos fornecedores de tecnologia	76	94
Credores fornecedores colaboradores	327	381
	491	563
Ajuste a valor presente	(126)	(139)
	365	424
Parcela do circulante	159	165
Parcela do não circulante	206	259

A Administração apurou que o valor contábil das contas a pagar não difere do seu valor justo.

17. Risco sacado

Com o objetivo de facilitar o acesso a crédito junto aos fornecedores, a Companhia firmou acordos de financiamento com instituições financeiras que permitem aos fornecedores receberem antecipadamente o pagamento de suas faturas em até 150 dias antes dos respectivos vencimentos.

(a) Termos e condições do acordo de financiamento de fornecedores

Em 30 de junho de 2026, a Companhia mantinha convênios com diferentes instituições financeiras para a realização de operações de financiamento de fornecedores. O limite total disponível para contratação nessas operações era de R\$ 470 (R\$ 467 em 31 de dezembro de 2025), com prazos vinculados à liquidação das respectivas obrigações comerciais.

A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor.

Notas Explicativas

Na referida data, o montante efetivamente utilizado representava aproximadamente 13% do saldo total de contas a pagar a fornecedores de mercadorias. Os contratos preveem, em caso de inadimplemento, a aplicação de multa de 2% sobre o saldo devedor, além de juros de mora de 1% ao mês.

Além dos termos e condições mencionados, alguns contratos estabelecem a constituição de garantias específicas, como recebíveis de cartão de crédito e Certificados de Depósito Bancário (CDBs) vinculados à operação. A Companhia declara que não há ônus sobre os créditos cedidos e que os pagamentos não poderão ser realizados por outros meios que não a liquidação formalizada pela instituição financeira.

Os contratos podem ser rescindidos em caso de inadimplemento, alteração no controle acionário da Companhia ou outras condições previstas nos respectivos instrumentos contratuais.

Estes acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), financeiros ou não financeiros e/ou de vencimento antecipado.

(b) Valor contábil dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Operação de risco sacado	231	309	231	308
Total	231	309	231	308

(c) Intervalo do prazo médio de pagamento das operações de acordos de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis

	Vencimento em dias	
	Controladora	Consolidado
Operações de risco sacado	60-150	60-150
Contas a pagar que não fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores	30-180	30-180

A Companhia não está exposta a risco significativo de liquidez, uma vez que os acordos de financiamento com fornecedores envolvem um número restrito de passivos e não existem alterações nos prazos e valores originais de pagamentos, não impactando a gestão de capital de giro da Companhia.

18. Debêntures

(a) Composição e características da emissão

Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, em oferta pública, no valor inicial total de R\$ 1.638, distribuída em três séries. A Escritura de Emissão contém cláusulas restritivas usuais para esse tipo de operação, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida em determinadas situações de inadimplemento. Não há cláusulas de atingimento ou manutenção de índices financeiros (*covenants* financeiros) associadas a essa emissão.

As principais condições da 22ª emissão estão resumidas a seguir:

	Encargos Financeiros	Quantidade de Títulos	Tipo de emissão	Controladora		Consolidado	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
22ª Emissão - AMER E2 - 1ª Série	128% do CDI	12.442.937	Pública	1.322	1.214	1.322	1.214
22ª Emissão - AMER F2 - 2ª Série	128% do CDI	4.827.464	Pública	660	607	660	607
22ª Emissão - AMER G2 - 3ª Série	PTAX + 8,35%	1.404.158	Pública	170	174	170	174
				2.152	1.995	2.152	1.995
Parcela do circulante				13	-	13	-
Parcela do não circulante				2.139	1.995	2.139	1.995

Notas Explicativas

(b) Remuneração, carência e capitalização dos juros

As debêntures possuem prazo de carência de 24 meses, até julho de 2026, durante o qual os juros remuneratórios são capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário das debêntures da primeira e segunda séries e ao Valor Nominal Unitário atualizado das debêntures da terceira série. Após o término da carência, os juros passam a ser pagos trimestralmente, com primeiro pagamento previsto para 26 de outubro de 2026, conforme a 22a Escritura de Emissão.

(c) Amortização e vencimento

O principal das debêntures será liquidado em parcela única (*bullet*), com vencimento em 26 de julho de 2028, no caso da primeira série, e em 26 de julho de 2029, no caso da segunda e terceira séries. A Escritura de Emissão prevê, ainda, a realização de Amortização Extraordinária Obrigatória nas hipóteses de alienação total ou parcial das UPIs Definidas e/ou de quaisquer Pontos Comerciais HNT Hortifrutigranjeiros.

Com a conclusão da alienação da UPI Grupo Uni.co em 2 de julho de 2026 (nota 29), a Companhia recebeu, como parte do pagamento, o montante de R\$ 20. Em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), foi reconhecido no passivo circulante o valor de R\$ 13, líquido dos custos da operação de alienação, destinado à amortização extraordinária das debêntures, cuja liquidação financeira ocorreu em 10 de julho de 2026.

(d) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	1.995	1.716	1.995	1.716
Juros apropriados	166	133	166	133
Variação cambial	(9)	(20)	(9)	(20)
Saldo final em 30 de junho	2.152	1.829	2.152	1.829

19. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	139	204	141	206
Imposto sobre Serviços (ISS)	5	5	6	5
Tributos Parcelados (i)	117	174	121	184
Outros	9	16	10	19
	270	399	278	414
Parcela do circulante	219	337	224	343
Parcela do não circulante	51	62	54	71

(i) Parcelamentos gerados em decorrência de acordos com Órgãos Federais (RFB) e Órgãos Estaduais (PGE-RS e AGE-MG).

20. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas, cíveis, consumeristas, imobiliárias, locatícias, entre outras, os quais são acompanhados pelo departamento jurídico interno e por assessores jurídicos externos.

Com base na avaliação da Administração e nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos, que consideram a natureza das demandas, o estágio processual, a jurisprudência aplicável e o histórico de desfecho de processos semelhantes, são constituídas provisões para as contingências classificadas como de perda provável, em montante considerado suficiente para fazer frente às obrigações estimadas. Determinados processos estão garantidos por cartas de fiança bancária, apólices de seguro garantia, depósitos judiciais e bens dados em garantia, conforme aplicável à natureza das respectivas demandas.

Em decorrência da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, a Administração vem revisando periodicamente as premissas e critérios utilizados na mensuração das provisões, considerando o novo contexto operacional e o histórico recente de encerramento das demandas judiciais. Adicionalmente, em função das condições previstas no plano de recuperação judicial, a realização financeira dos passivos contingentes provisionados encontra-se classificada no passivo não circulante, em conformidade com a expectativa de liquidação atualmente estimada pela Administração.

Notas Explicativas

Além das provisões constituídas, a Companhia discute judicial e administrativamente determinados tributos, obrigações trabalhistas e demandas cíveis, para as quais foram efetuados depósitos judiciais vinculados, registrados em conta específica do ativo, assim como depósitos relacionados a processos para os quais há provisão reconhecida.

(a) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Tributário	187	224	190	226
Cível	66	67	67	68
Trabalhista	170	169	176	179
Imobiliário	218	228	218	228
	641	688	651	701

A movimentação das provisões no período é como segue:

	Controladora				
	Tributário (i)	Trabalhista	Cível	Imobiliário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	224	169	67	228	688
Adições	7	40	8	28	83
Atualizações/Reversões	(30)	(2)	(4)	(18)	(54)
Pagamentos	(14)	(39)	(5)	(20)	(78)
Incorporação	-	2	-	-	2
Saldos em 30 de junho de 2026	187	170	66	218	641

	Consolidado				
	Tributário (i)	Trabalhista	Cível	Imobiliário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	226	179	68	228	701
Adições	8	42	8	28	86
Atualizações/Reversões	(30)	(3)	(4)	(18)	(55)
Pagamentos	(14)	(42)	(5)	(20)	(81)
Saldos em 30 de junho de 2026	190	176	67	218	651

(i) Em 2026, a Companhia celebrou acordos de transação tributária com os Estados do Rio de Janeiro (REFIS-RJ) e de São Paulo (Transação por Adesão – Acordo Paulista), visando à regularização de débitos tributários com aplicação de reduções de multas e juros e condições de parcelamento previstas na legislação aplicável.

Tributário

Os principais processos de natureza tributária do Grupo decorrem de (i) crédito tributário de ICMS constituído em razão de operações realizadas com fornecedores que vieram a ser declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em momento posterior à realização das operações comerciais e (ii) créditos tributários relacionados à cobrança de IPI, decorrentes de questionamentos da Receita Federal quanto ao tratamento jurídico-tributário conferido a determinadas operações de importação, em razão da equiparação de empresa do Grupo a estabelecimento industrial, nos termos do artigo 9º, inciso IX, do Decreto nº 7.212/2010 (“RIPI”).

Trabalhistas

A Companhia também é parte em ações judiciais individuais e coletivas de natureza trabalhista, sendo que as discussões envolvem principalmente jornada, diferenças salariais, entre outros.

Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores e fornecedores.

Notas Explicativas

Imobiliário

A Companhia também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. As discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

(b) Passivos contingentes não provisionados

Em 30 de junho de 2026, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza possível no montante aproximado de R\$ 11.658 (R\$ 10.400 em 31 de dezembro de 2025) na controladora e R\$ 11.972 no consolidado (R\$ 10.834 em 31 de dezembro de 2025). Em decorrência do plano de recuperação judicial, parte desses valores podem sofrer deságio se convertidos em pagamento para a Companhia no futuro.

Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como “perdas possíveis”, sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Em 30 de Junho de 2026	Valor estimado
Glosa ou contestação de crédito tributário	
Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da norma legal específica.	876
Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976	
Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação.	2.868
PIS e COFINS	
Glosa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.	5.192

(c) Requerimento de Instauração de Arbitragem

A Companhia é parte em procedimentos arbitrais relacionados a alegações de supostas inconsistências contábeis em suas demonstrações financeiras, conforme apresentado na nota 1.5.

(d) Ações Cíveis Públicas

A Companhia é parte em duas ações cíveis públicas conforme mencionada na nota 1.6.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 39.891 (R\$ 39.891 em 31 de dezembro de 2025), representado por 200.245.278 ações ordinárias (200.244.998 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025), nominativas e escriturais, sem valor nominal. O limite do capital autorizado é de 435.084.497 ações ordinárias.

Além disto, a conta do capital social no balanço patrimonial é apresentada líquida dos gastos com emissões de ações no valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2025).

Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas controladores (i)	100.122.712	50,00%	100.122.512	50,00%
Outros acionistas (“free floating”)	100.122.493	50,00%	100.122.413	50,00%
Total de ações em circulação	200.245.205	100%	200.244.925	100%
Ações em tesouraria	73		73	
Total de ações ordinárias	200.245.278		200.244.998	

(i) Composto pelas participações de Holdings LLC, Samer Investments LLC, Cedar Trade LLC e Carlos Alberto da Veiga Sicupira.

Notas Explicativas

A movimentação do capital social no período é conforme segue:

	Ações ordinárias	Saldo contábil
Em 1º de janeiro de 2026 (i)	200.244.998	39.891
Exercício de bônus de subscrição de ações (ii)	280	-
Em 30 de junho de 2026	200.245.278	39.891

(i) Saldo contábil líquido dos custos de emissão de ações de R\$ 27.

(ii) Refere-se ao exercício de bônus de subscrição no período, ao preço de R\$ 0,01 por ação.

22. Receita de vendas e serviços

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita bruta de vendas e serviços	4.338	4.426	4.500	4.476
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(548)	(464)	(550)	(465)
(-) Tributos sobre vendas e serviços	(618)	(630)	(648)	(653)
Receita operacional líquida	3.172	3.332	3.302	3.358

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita bruta de vendas e serviços	8.274	7.635	8.622	7.763
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(989)	(678)	(991)	(680)
(-) Tributos sobre vendas e serviços	(1.171)	(1.102)	(1.241)	(1.157)
Receita operacional líquida	6.114	5.855	6.390	5.926

23. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Mercadorias revendidas	(2.327)	(2.426)	(2.466)	(2.445)
Outros	-	(1)	-	(1)
	(2.327)	(2.427)	(2.466)	(2.446)

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Mercadorias revendidas	(4.420)	(4.248)	(4.715)	(4.297)
Outros	(4)	(1)	(5)	(2)
	(4.424)	(4.249)	(4.720)	(4.299)

24. Despesa por natureza

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com pessoal	(418)	(463)	(424)	(499)
Despesas e serviços com operações comerciais	(247)	(273)	(246)	(246)
Outras	(100)	(122)	(102)	(136)
	(765)	(858)	(772)	(881)
Depreciação e amortização	(184)	(191)	(185)	(193)
Total das despesas com vendas e gerais e administrativas	(949)	(1.049)	(957)	(1.074)

Classificados por função como:

Despesas com vendas	(629)	(688)	(626)	(688)
Despesas gerais e administrativas	(320)	(361)	(331)	(386)
	(949)	(1.049)	(957)	(1.074)

Outras receitas e (despesas) operacionais (i)	39	243	43	242
---	----	-----	----	-----

Notas Explicativas

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com pessoal	(861)	(892)	(876)	(962)
Despesas e serviços com operações comerciais	(528)	(511)	(528)	(455)
Outras	(214)	(253)	(219)	(283)
	(1.603)	(1.656)	(1.623)	(1.700)
Depreciação e amortização	(373)	(409)	(375)	(416)
Total das despesas com vendas e gerais e administrativas	(1.976)	(2.065)	(1.998)	(2.116)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(1.294)	(1.330)	(1.294)	(1.333)
Despesas gerais e administrativas	(682)	(735)	(704)	(783)
	(1.976)	(2.065)	(1.998)	(2.116)
Outras receitas e (despesas) operacionais (i)	25	303	47	305

(i) Em 2026, conforme divulgado na nota 9, foram reconhecidos R\$ 55 referentes a créditos fiscais previdenciários. Em 2025, foram reconhecidos R\$ 161 referentes à equalização dos débitos fiscais e R\$ 153 decorrente de outros créditos fiscais.

25. Resultado financeiro

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	12	16	13	24
Variação cambial ativa	1	10	3	14
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária (i)	92	232	92	233
Ajuste a valor presente	5	8	3	-
Outras receitas financeiras	2	2	4	4
Total das receitas financeiras	112	268	115	275
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(102)	(70)	(102)	(70)
Variação monetária	(1)	(31)	(1)	(31)
Encargos de arrendamento	(109)	(118)	(109)	(118)
Ajuste a valor presente	(30)	(26)	(27)	(16)
Seguro Garantia e Fianças bancárias	(24)	(16)	(24)	(16)
Impostos sobre receita financeira	(5)	(11)	(6)	(12)
Outras despesas financeiras	(41)	(27)	(47)	(30)
Total das despesas financeiras	(312)	(299)	(316)	(293)
Resultado financeiro	(200)	(31)	(201)	(18)

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	25	31	30	51
Variação cambial ativa	9	30	14	41
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária (i)	182	270	182	271
Ajuste a valor presente	8	10	3	-
Outras receitas financeiras	4	2	9	8
Total das receitas financeiras	228	343	238	371
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(184)	(132)	(184)	(133)
Variação monetária	(12)	(53)	(12)	(53)
Encargos de arrendamento	(220)	(238)	(220)	(238)
Ajuste a valor presente	(44)	(43)	(39)	(31)
Seguro Garantia e Fianças bancárias	(37)	(33)	(37)	(33)
Impostos sobre receita financeira	(11)	(14)	(14)	(18)
Outras despesas financeiras	(55)	(57)	(64)	(62)
Total das despesas financeiras	(563)	(570)	(570)	(568)
Resultado financeiro	(335)	(227)	(332)	(197)

(i) Em 2026, conforme divulgado na nota 9, foram reconhecidos R\$ 50 referentes à atualização monetária de créditos fiscais previdenciários. Em 2025, foram reconhecidos R\$ 90 referentes à atualização monetária da equalização dos débitos fiscais.

Notas Explicativas

26. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Numerador – básico e diluído				
Prejuízo do período - operações continuadas	(279)	(70)	(615)	(517)
Lucro (Prejuízo) do período - operações descontinuadas	5	(28)	12	(77)
Prejuízo do período	(274)	(98)	(603)	(594)
Denominador – básico				
Média ponderada de ações em circulação	200.245.180	200.244.244	193.756.055	127.744.768
Lucro líquido (Prejuízo) básico por ação – em R\$				
Operações continuadas	(1,39)	(0,35)	(3,17)	(4,04)
Operações descontinuadas	0,02	(0,14)	0,06	(0,61)
Prejuízo básico por ação do período	(1,37)	(0,49)	(3,11)	(4,65)
Denominador – diluído				
Média ponderada do número de ações em circulação	200.245.180	200.244.244	193.756.055	127.744.768
Denominador diluído	200.245.180	200.244.244	193.756.055	127.744.768
Lucro líquido (Prejuízo) diluído por ação – em R\$				
Operações continuadas	(1,39)	(0,35)	(3,17)	(4,04)
Operações descontinuadas	0,02	(0,14)	0,06	(0,61)
Prejuízo diluído por ação do período	(1,37)	(0,49)	(3,11)	(4,65)

27. Ativos e passivos mantidos para a venda e operações descontinuadas

Em 2025, as unidades HNT, Uni.co e Parati estavam classificadas como mantidas para venda, no contexto da execução do PRJ (vide nota 1.2), em conformidade com os critérios previstos no CPC 31 (IFRS 5). Durante o primeiro semestre de 2026, foi concluída a alienação da Parati, com a efetiva transferência de seu controle societário em 11 de fevereiro de 2026, após a obtenção das autorizações regulatórias aplicáveis.

Em 16 de junho de 2026, a Companhia celebrou contrato para alienação da coligada Extrafruti, que passou a integrar, juntamente com as unidades HNT Hortifrutigranjeiros e Uni.co, os ativos mantidos para venda e as operações descontinuadas. Em 30 de junho de 2026, essas operações encontravam-se em diferentes estágios do processo de alienação, com a HNT Hortifrutigranjeiros em fase de prospecção de potenciais interessados. Após o encerramento do período, em 2 de julho de 2026, foi concluída a alienação da Uni.co, conforme descrito na nota 29.

Notas Explicativas

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	64	71
Títulos e valores mobiliários	-	112
Contas a receber	195	135
Estoques	104	139
Tributos a recuperar	215	248
Imobilizado	406	386
Intangível	455	431
Direito de uso	289	283
Outros ativos	44	41
Total de ativos classificados como mantidos para venda	1.772	1.846
Fornecedores	114	14
Adiantamento recebido de clientes	-	69
Provisão para processos judiciais e contingências	51	57
Passivo de arrendamento	281	310
Outros Passivos	100	154
Total de passivos associados a ativos mantidos para venda	546	604

(b) Resultado das operações descontinuadas incluídas no resultado do período

	Consolidado	
	Período de seis meses findo em	
	30/06/2026	30/06/2025
Receitas	930	987
Custos	(575)	(624)
Despesas	(362)	(444)
Outras receitas e despesas	37	30
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	30	(51)
Resultado financeiro líquido	(17)	(20)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	13	(71)
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(6)
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	12	(77)

(c) Impacto das operações descontinuadas nos fluxos de caixa

	Consolidado	
	Período de seis meses findo em	
	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(57)	103
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	102	(22)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(52)	(50)
Caixa líquido gerado nas atividades	(7)	31

Notas Explicativas

(d) Impacto das operações descontinuadas nas demonstrações dos valores adicionados

	Consolidado	
	Período de seis meses findo em	
	30/06/2026	30/06/2025
Receitas	1.069	1.116
Insumos adquiridos de terceiros	(719)	(787)
Valor adicionado bruto	350	329
Depreciação e amortização	-	(55)
Valor adicionado líquido produzido	350	274
Valor adicionado recebido em transferência	7	8
Valor adicionado total a distribuir	357	282
Pessoal	155	155
Impostos, taxas e contribuições	144	149
Remuneração de capital de terceiros	46	55
Remuneração de capitais próprios	12	(77)
Valor total adicionado distribuído	357	282

28. Remuneração dos administradores e benefício pós emprego

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Benefício de curto prazo a administradores	22	22	22	24
	22	22	22	24

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Benefício de curto prazo a administradores	31	27	33	30
	31	27	33	30

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

O Estatuto Social prevê para os membros da administração da Companhia custear os gastos com a defesa em processos judiciais e administrativos, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, inclusive por meio de contrato de seguro permanente, a fim de resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função.

(b) Benefício pós emprego

Plano Médico e Odontológico

A Companhia oferece diferentes tipos de plano de saúde e odontológico aos seus atuais empregados e aposentados. Estes planos estão expostos principalmente ao risco de aumento de custos médicos devido à inflação, novas tecnologias e a um nível elevado de utilização dos benefícios médicos.

Notas Explicativas

Há duas modalidades de contribuição para os planos oferecidos: (i) empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais; e (ii) empregados e aposentados realizam contribuições no regime de coparticipação, além de contribuições mensais calculadas de acordo com faixa salarial. Esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

29. Eventos subsequentes

(a) Conclusão da venda da UPI Uni.Co

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 03 de julho de 2026, após a verificação do cumprimento e/ou renúncias das condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, celebrado em 1º de abril de 2026 (“Contrato”), foi realizado, em 02 de julho de 2026, o fechamento da alienação da UPI Uni.Co, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), para a Fan Store Entretenimento S.A. (“BandUP”).

Na data do fechamento da operação, a BandUP efetuou o pagamento de R\$ 20, correspondente à parcela à vista do preço total de aquisição de R\$ 153, valor que ainda estava sujeito ao procedimento de ajuste de preço previsto no respectivo Contrato. Em Comunicado ao Mercado divulgado em 07 de agosto de 2026, a Companhia informou que concluiu, nessa data, junto à BandUP, o ajuste de preço previsto no Contrato, fixando o valor definitivo da alienação em R\$ 162. O saldo remanescente será pago em 5 parcelas anuais e sucessivas, com vencimento a partir do 1º aniversário da data de fechamento da operação, corrigidas pela variação positiva de 100% do CDI entre a data de fechamento e a data do efetivo pagamento, deduzida a parcela à vista já liquidada.

Do valor recebido à vista, foram deduzidos os Valores Custo M&A (conforme definidos no PRJ), sendo o montante líquido remanescente depositado na Conta Pagamentos M&A (conforme definida no PRJ) para fins de amortização extraordinária das debêntures da 22ª emissão da Companhia, em conformidade com os termos previstos no PRJ.

(b) 1ª Emissão de Notas Comerciais

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2026, foi aprovada a emissão de 100.000 Notas Comerciais com valor unitário de R\$ 1.000 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 100. As Notas Comerciais foram emitidas em 01 de julho de 2026 com vencimento para 07 de dezembro de 2026 e foram subscritas pelo Red - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial LP - Responsabilidade Limitada. Sobre as Notas Comerciais incidem juros à Taxa Básica da Selic acrescida da taxa de juros pré-fixada de 0,75% a.m., pagos mensalmente. A Companhia recebeu em 03 de julho de 2026 o montante de R\$ 99, já descontados os emolumentos e a taxa de emissão e estruturação.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. – Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Americanas S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas, do resultado, e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - demonstração intermediária e com a Norma Internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão (NBC TR 2410 - revisão de demonstrações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Plano de recuperação judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.3 e 1.4(c), às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (Plano) da Companhia e algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (Plano) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Juízo) ocorreu em fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Em março de 2023, foi reconhecido pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) o pedido de reconhecimento (Chapter 15) destinado à aplicação, nos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia. Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia e algumas controladas, titulares de bonds emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional. A Companhia e algumas controladas apresentaram sua resposta contra tal alegação com sustentação jurídica baseada no Plano, se encontrando a matéria pendente de decisão pelo Juízo de Recuperação Judicial. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.1(a), em 25 de março de 2026, a Companhia e algumas controladas protocolaram o pedido de encerramento da recuperação judicial perante o Juízo da Recuperação Judicial, na forma da Lei nº 11.101/2005. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Investigações independente e corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de autoridades públicas

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1.4 (a) e (b), às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Comitê Independente apresentou o seu relatório de conclusão da investigação independente em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia

possui recurso com efeito suspensivo da sanção imposta pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de sua suspensão do Novo Mercado, bem como encontra-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal. A Operação Disclosure deflagrada pela Polícia Federal envolveu a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos. Em 11 de março de 2025, por meio do ingresso de procedimento arbitral a Companhia adotou medidas de responsabilidade civil dos ex-executivos. Em junho de 2026, a Polícia Federal deflagrou a segunda fase da Operação Disclosure, em conjunto com o Ministério Público Federal. As investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 - S - RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais referente ao 2º Trimestre de 2026

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao semestre findo 30 de junho de 2026 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e

(ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026.

Fernando Dias Soares

Sebastien Durchon

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo 30 de junho de 2026 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e

(ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026.

Fernando Dias Soares

Sebastien Durchon